

cadernos *sempreviva*

# FEMINISMO EM RESISTÊNCIA

crítica ao capitalismo neoliberal

organização

**Renata Moreno  
e Helena Zelic**

textos de

**Cindy Wiesner,  
Clarisse Paradis  
e Nalu Faria**



---

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

## CADERNOS SEMPREVIVA

Uma publicação da SOF - Semprevida Organização Feminista

### *Série Economia e Feminismo*

1. Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado (2007)
2. Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres (2010)
3. Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia (2012)
4. Reflexões e práticas de transformação feminista (2015)
5. Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal (2019)

### *Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania*

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

### *Série Saúde e Direitos Reprodutivos*

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

SOF Semprevida Organização Feminista

M843r Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal / Renata Moreno, Helena Zelic (org.). São Paulo: SOF, 2019. 80p. (Coleção Cadernos Semprevida. Série Economia e Feminismo, 5)

ISBN 978-85-86548-35-2

1. Feminismo 2. Movimentos sociais 3. Neoliberalismo  
4. Democracia I.Título

CDU – 396

cadernos *sempreviva*

# **FEMINISMO EM RESISTÊNCIA**

crítica ao capitalismo neoliberal

organização

**Renata Moreno  
e Helena Zelic**

textos de

**Cindy Wiesner,  
Clarisse Paradis  
e Nalu Faria**



---

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

## SOF Sempre Viva Organização Feminista

### **Diretoria**

Marilane Oliveira Teixeira

*Presidente*

Sonia Maria dos Santos

*Vice-presidente*

Maria Luiza da Costa

*1ª Tesoureira*

Vera Lúcia Ubaldino Machado

*2ª Tesoureira*

Maria Elizabeth Reis Simão

*1ª Secretária*

Selma Aparecida Gomes

*2ª Secretária*

### **Conselho Fiscal**

Anderson de Souza Campos

Cyra Malta Olegário da Costa

Táli Pires de Almeida

Fernanda Estima Gonçalves

*suplente*

### **Composição da Equipe**

#### **Equipe Técnica**

Nalu Faria

*Coordenadora Geral*

Miriam Nobre

Sonia Maria Coelho

Maria Fernanda P. Marcelino

Renata Moreno

Sheyla Saori

Helena Zelic

Gláucia Marques

### **Equipe Administrativa**

Laís Sales Costa

*Gerente Administrativa*

Andréia do Nascimento Pereira

Elaine Campos

Agda Cristiane Almeida Oliveira

Eleição na Assembleia Geral de associados(as) do dia 03/05/2019.

Mandato: de 03/05/2019 a 31/05/2021.

Rua Ministro Costa e Silva, 36  
Pinheiros - CEP 05417-080

São Paulo SP - Brasil

Tel/fax: (011) 3819 3876

correio eletrônico: sof@sof.org.br

<http://www.sof.org.br>

### **Edição**

Capa e Diagramação:

Baderna | Bianca Buteikis

### **Impressão**

AR Fernandez Gráfica

Tiragem: 1.500 exemplares

### **Apoio**

■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
BRASIL



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <i>Apresentação</i> .....   | 7  |
| Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal  |    |
| <i>Nalu Faria</i> .....   | 13 |
| Os efeitos da agenda neoliberal no movimento de mulheres .....  | 14 |
| Os anos 2000 e a retomada de uma agenda crítica:<br>a construção da Marcha Mundial das Mulheres ..... | 17 |
| O momento atual:<br>ampliação a outro patamar e suas consequências .....                              | 22 |
| Um feminismo em disputa: entre cooptações e interdições .....   | 26 |
| Um feminismo posicionado desde a luta das<br>mulheres trabalhadoras .....                             | 32 |
| Construir o feminismo anticapitalista<br>para derrotar o neoliberalismo .....                         | 37 |
| Neoliberalismo, conservadorismo e a liberdade das mulheres:<br>notas sobre a questão da prostituição  |    |
| <i>Clarisse Goulart Paradis</i> .....   | 41 |
| Uma perspectiva feminista e popular para entender<br>o atual momento nos Estados Unidos               |    |
| <i>Cindy Wiesner</i> .....  | 48 |
| Táticas e estratégias necessárias para o enfrentamento .....  | 53 |
| O desafio de passar da mobilização para a organização .....   | 55 |
| Poemas  |    |
| <i>Helena Zelic</i>   |    |
| Patrícia Arce .....   | 62 |
| Política de Aniquilação .....   | 64 |



## APRESENTAÇÃO

**E**m julho de 2016, a sede da SOF encheu, com mulheres de diferentes gerações, para assistir a um filme sobre a história da segunda onda do movimento feminista nos Estados Unidos, seguido de uma roda de conversa sobre o feminismo a partir dos anos 1970 no Brasil. Com o privilégio de ouvir essa história em primeira pessoa, do singular e do plural, escutamos e refletimos atentas aos desafios das lutas das mulheres enfrentando a ditadura militar, aos relatos de reuniões clandestinas para discutir a luta por creche, além de muitos outros relatos de processos que marcaram a organização popular do feminismo, particularmente em São Paulo. Naquela ocasião, uma companheira de longa data refletiu, à luz do cenário político pós-golpe de 2016, que “para as mulheres, não tem piso”. Nada do que conquistamos está garantido. Ela chamava atenção para o alcance do retrocesso que, naquele momento, se anunciava.

O exercício de entender os desafios do presente recuperando as análises, estratégias e acúmulos políticos que nos trouxeram até aqui é parte de uma cultura política que reconhece os aprendizados, aprende com os erros e atua no presente construindo um horizonte de transformação. Em tempos de desinformação e tentativas de reescrever a história, reconstruir nossas memórias e difundi-las é parte da resistência.

Como uma organização feminista em movimento, temos procurado compreender o que define esse momento de ofensiva violenta contra o qual resistimos. As bases da acumulação capitalista seguem se expandindo a todo vapor: a despossessão, o avanço sobre

nossos corpos e trabalhos, as políticas de guerras em suas variadas expressões, cotidianas, militares, repressivas, híbridas – sempre racistas, sempre alterando drasticamente a vida coletiva.

No Brasil, os retrocessos político-institucionais são acelerados, assim como seus efeitos imediatos na precarização da vida. Nesse momento, no Brasil e em outras partes do mundo, há uma ascensão de forças de extrema-direita que dão os contornos de um capitalismo ainda mais autoritário e antidemocrático. Encontrar os caminhos para manter e ampliar a organização das mulheres em movimento, criar e reforçar alternativas para resolver as questões colocadas no dia a dia, sustentar a vida... todos esses são desafios permanentes, frente aos quais não há receitas prontas.

Os textos reunidos neste Caderno Sempreviva dialogam com esses desafios e com um processo permanente de reflexão coletiva, iluminando questões que nos parecem fundamentais para seguir em marcha.

Podem parecer paradoxal nossa afirmação, no título desta publicação, de que o feminismo está em resistência neste momento de reconhecida capilarização na sociedade. Sem dúvida, o feminismo tem tido mais alcance e legitimidade, mais capacidade de convocatória e hoje influencia agendas, políticas e estratégias de marketing. Muitas das questões historicamente levantadas pelo movimento feminista, como o direito de viver uma vida livre de violência, a crítica à imposição da maternidade, a denúncia do assédio nos espaços públicos e no ambiente de trabalho, são hoje reconhecidas por mulheres de diferentes gerações.

Mas, em nossa perspectiva, o feminismo não deve ser visto de forma isolada das lutas populares que resistem à ofensiva capitalista autoritária. Ao contrário, vemos o feminismo como parte das lutas populares, que em todo o continente têm as mulheres à frente. As mulheres indígenas estão à frente da defesa dos territórios e da natureza contra o avanço do agronegócio e das empresas

transnacionais, que se encontram ainda mais legitimadas por governos autoritários; as mulheres negras conjugam luto e luta no enfrentamento permanente à violência racista da militarização das periferias; ao enfrentar a precarização da vida e a privatização dos serviços públicos de saúde e educação, as mulheres constroem comunidade e alternativas para garantir a sobrevivência. Diante de todos esses exemplos, é preciso recusar concepções e práticas que apartam o feminismo do anticapitalismo, como se fossem lutas distintas. A luta das mulheres vem mostrando que o feminismo é um elemento transversal; e que hoje, sem dúvida nenhuma, tem tido condições de abrir e indicar caminhos para fortalecer as resistências populares, e transformá-las em enfrentamento e superação.

A partir de uma perspectiva anticapitalista, essa avaliação coloca muitas questões e desafios para o feminismo e a esquerda em geral.

A perspectiva de um feminismo necessariamente antissistêmico, baseado na auto-organização popular e em lutas capazes de enfrentar as múltiplas opressões que estruturam a sociedade capitalista, heteropatriarcal e racista, orienta as reflexões apresentadas por Nalu Faria. Em seu texto, apresenta um olhar para dinâmicas do feminismo e para as armadilhas do neoliberalismo.

É preciso situar o neoliberalismo que enfrentamos hoje, que não é simplesmente mais do mesmo que hegemonizou os anos 1990. Após a crise de 2008, o neoliberalismo se expande como projeto e racionalidade de um capitalismo financeirizado. Os ataques substantivos à democracia, mesmo em lugares onde as instituições seguem funcionando como aparência, tem marcado esse período, assim como a captura corporativa desde os âmbitos mais locais até as esferas internacionais da prática política. Um neoliberalismo que se conjuga abertamente com o autoritarismo e o conservadorismo quando lhe convém. Um modelo econômico que perpassa nossas vidas como um todo: a forma como trabalhamos, nos relacionamos, nossa consciência e visão de mundo. É nesse

sentido que o neoliberalismo alimenta dinâmicas onde a violência parece um “mal necessário” e cotidiano, e as atrocidades verbalizadas e praticadas por figuras públicas da extrema-direita causam horror a poucas pessoas, normalizadas pelos grandes meios de comunicação. Como sinaliza o texto de Nalu, enfrentamos um neoliberalismo caracterizado pela agudização do conflito entre o capital e a vida, e é a este conflito que resistimos.

Em seu ímpeto de expansão, o neoliberalismo (e o poder corporativo que o personifica), é imprescindível questionar as estratégias evidentes de incorporação fragmentada de slogans e discursos feministas. O texto de Nalu nos ajuda não só a reconhecer tais estratégias, como a refletir sobre suas consequências para o feminismo como movimento.

São muitas as armadilhas do neoliberalismo em seu impulso por ampliar a mercantilização de todas as esferas da vida, dos corpos, das relações. E, particularmente neste momento, as alianças entre conservadorismo e neoliberalismo são parte dessas armadilhas. O texto de Clarisse Paradis ilumina essa reflexão, ao identificar encontros e desencontros entre os discursos conservadores e anticonservadores no neoliberalismo, trazendo a sexualidade e a prostituição para o centro do debate. Seu texto problematiza o fato de que o neoliberalismo impulsiona uma visão anticonservadora em torno da autonomia das mulheres sobre seus corpos, em um processo que isola a sexualidade de outras dimensões da vida, potencializando a tendência mercantilizadora neoliberal. No campo feminista, isso tem como consequência o desvio da questão da prostituição ao âmbito moral, o que tem provocado interdições no debate. O desafio que se coloca é construir e defender uma perspectiva feminista emancipatória sobre a sexualidade, capaz de enfrentar o conservadorismo e a mercantilização.

O debate sobre o atual momento, no Brasil, tem evidenciado as dimensões internacionais dessa ascensão da extrema direita, um

fenômeno que não é só brasileiro. Se por um lado, há conexões, também há diferenças relacionadas com a história, a estrutura e a sociedade de cada país e cada povo. Trump nos Estados Unidos, Erdogan na Turquia, Duterte nas Filipinas ou Bolsonaro no Brasil podem ter características comuns, mas têm também especificidades e diferenças. Publicamos neste Caderno Sempre Viva um texto de Cindy Wiesner, dos Estados Unidos, que reflete sobre os desafios que os movimentos populares e feministas enfrentam naquele contexto. Em nossa construção internacionalista, da mesma forma que organizamos a luta anti-imperialista, temos o desafio de compreender a realidade do povo que vive nos Estados Unidos, seus desafios políticos e perspectivas de luta, sem tratar traduções como se fossem receitas. No texto de Cindy, encontramos uma análise contextualizada do capitalismo racista e patriarcal nos Estados Unidos, que reflete sobre os entraves que, lá, as mulheres e os movimentos populares enfrentam para derrotar não apenas Trump, mas o trumpismo. São ressaltados os aprendizados que a luta internacionalista aporta em termos de visão e cultura política, a construção de alianças que nos fortalecem como povos, e o desafio de organizar a indignação e a capacidade de mobilização.

Os textos deste Caderno Sempre Viva são, portanto, muito situados nesta conjuntura. São textos para a ação feminista. Eles nos convidam a ampliar a reflexão coletiva, e, sobretudo, a fazê-lo como parte da construção de lutas e sujeitos políticos capazes de resistir, enfrentar e derrotar o neoliberalismo, o que significa, finalmente, superar o capitalismo racista e patriarcal.

*AS SEMPREVIVAS*



## DESAFIOS FEMINISTAS FRENTE À OFENSIVA NEOLIBERAL

Nalu Faria

**N**os últimos anos, o movimento feminista tem se destacado como uma das maiores expressões de mobilização em várias partes do mundo. Ele está presente tanto nas resistências às ofensivas da direita como na afirmação de uma agenda antipatriarcal que se expressa em temas como a luta pelo direito ao aborto, contra a violência e, cada vez com maior presença, a agenda do trabalho de cuidados. Esses temas se relacionam, por vezes, a uma visão de modelo de sociedade ou a pautas gerais que se colocam pelo acirramento da conjuntura.

Se olharmos para o que tem acontecido em nossa região das Américas, podemos recuperar a mobilização de milhares de mulheres em outubro de 2016, em adesão à paralisação de mulheres na Argentina, como protesto ao feminicídio de Lucía Pérez. Foram grandes manifestações em resposta à violência patriarcal, que opera como dimensão estruturante do atual modelo. Em janeiro de 2017, o mundo inteiro foi impactado pela força da mobilização da Marcha das Mulheres nos Estados Unidos, protestando contra a posse de Trump e seu projeto político de extrema-direita. Há, ainda, um amplo reconhecimento do protagonismo das mulheres na resistência ao golpe no Brasil e à agenda de retrocessos imposta desde então.

Essas mobilizações se seguiram com o que ficou conhecido como “Maré Verde” pela legalização do aborto na Argentina, em 2018, e com a grande mobilização estudantil feminista no Chile no mesmo ano. É interessante ressaltar que essa forte organização e mobilização das mulheres se estende para processos muito mais

amplios de resistência nos territórios sob ataque das empresas transnacionais, na luta permanente pela subsistência nas cidades e no campo. A Marcha das Margaridas realizada no Brasil a cada quatro anos é um importante exemplo, assim como a Jornada de Luta das Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante o dia 08 de março, e a Marcha das Mulheres Negras. São processos de auto organização das mulheres, nos quais os modelos patriarcais são desafiados.

Nesse artigo<sup>1</sup>, irei apresentar uma visão panorâmica das respostas do feminismo aos ataques do neoliberalismo desde os anos 90, e trazer algumas contribuições para a reflexão coletiva sobre os próximos caminhos necessários, os desafios e armadilhas que os tempos atuais nos impõem na região.

### **Os efeitos da agenda neoliberal no movimento de mulheres**

A radicalidade havia sido uma marca do ascenso do feminismo nos anos 60 e 70. Essa radicalidade se expressava em seus questionamentos, que implicaram em um forte processo de politização de vários temas antes considerados como da esfera privada, referentes ao corpo, sexualidade e violência. Também foi um momento em que se consolidou a crítica feminista ao debate econômico sobre o trabalho e se fez a denúncia da exclusão das mulheres nos espaços de poder, inclusive nos movimentos sociais e organizações de esquerda. Nesse período de crescimento do movimento feminista, também há que se destacar a irreverência e criatividade nas formas de manifestação e mobilização. As primeiras referências desse período remetem à Europa e aos Estados Unidos, mas tal efervescência esteve presente com força também na América Latina, muito conectada às lutas pelo aprofundamento das democracias ou contra as ditaduras; e,

---

<sup>1</sup> Agradeço a Helena Zelic pelas contribuições na elaboração deste texto.

em todas as partes, teve uma relação entranhada com as agendas de trabalhadoras e trabalhadores.

Já no final dos anos 70, emergiu uma onda conservadora, impulsionada por setores de extrema-direita. O que se seguiu foi uma reação intensa do capitalismo contra os movimentos sociais, incluindo o feminista. Esta reação impôs o neoliberalismo como modelo e estratégia de maior acumulação e controle. Essas políticas neoliberais foram e são marcadas pela privatização, pela austeridade, pela desigualdade do livre comércio, que atualiza as formas do imperialismo, e pelo Estado mínimo. Combinada ao neoliberalismo, essa ofensiva conservadora se empenhou em atacar o feminismo a partir de uma agenda moral de costumes, cujos efeitos se espriam para as políticas, a exploração do trabalho e a domesticação da atuação política. O livro “Backlash” de Susan Faludi (1991) se tornou uma referência de análise desse processo, investigando os ataques da chamada Nova Direita, vinculada a setores religiosos e da elite econômica, contra as conquistas feministas nos Estados Unidos. Ela caracteriza, no que chama de “guerra não declarada contra as mulheres”, as ferramentas usadas para o “refluxo antifeminista”, destacando o incentivo ao casamento, à maternidade e à submissão através do manejo de dados estatísticos, da produção de entretenimento e da política institucional.

Somou-se a esse processo geral o impacto de algumas rupturas do século XX, como a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética. Na maioria dos movimentos sociais, diante de tantas mudanças, o resultado foi a ausência de um posicionamento crítico amplo diante das políticas neoliberais de ajuste. Esta situação de recuo e desmobilização, ao mesmo tempo em que foi gerada pela imposição violenta do neoliberalismo – seja na repressão e nos ataques ideológicos, seja na piora radical das condições de vida da população –, também deixou espaços abertos para que este modelo se alastrasse, não apenas economicamente, mas também enraizando-se nas consciências.

Nos anos 90, diante do avanço da pobreza e da desigualdade entre os países, se iniciou, no campo das agências multilaterais que haviam sido parte do sistema Bretton Woods<sup>2</sup>, um debate sobre as falhas do modelo neoliberal, para as quais se indicava a necessidade de políticas compensatórias. Nesse cenário, a ONU se colocou como a organizadora de uma agenda para reparar esses “efeitos não desejados”, propondo um ciclo de conferências que se iniciou com a Eco-92, chegando até o HABITAT<sup>3</sup>, programa para assentamentos humanos, que teve início em 1997.

Foi uma marca desse processo envolver ONGs e movimentos sociais como forma de legitimação. Tal vinculação compôs um processo de cooptação, através do envolvimento das organizações sociais na implementação das agendas definidas nos espaços da ONU, o que envolvia, inclusive, promessas de acesso a recursos. No movimento de mulheres, o resultado foi a intensa institucionalização, que submeteu diretamente a agenda do movimento à agenda de conferências da ONU e de seu monitoramento.

Junto a isso, houve também um deslocamento da perspectiva mais geral de transformação, até mesmo no plano ideológico, para um debate limitado apenas ao campo da normatização dos direitos e das propostas de políticas públicas. Naquele momento, a palavra de ordem era ser “propositivo”, trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais. O horizonte se fechou para o estabelecimento de políticas públicas, sem trazer consigo um questionamento sobre os limites dados pelo modelo de Estado vigente.

---

<sup>2</sup> O sistema Bretton Woods agregou os acordos que definem as relações comerciais e financeiras entre países industrializados no período de 1944 a 1971.

<sup>3</sup> A Eco-92 foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro com a presença de chefes de Estado. Foi a primeira conferência da ONU sobre meio ambiente em vinte anos. Depois dela, foram parte desse ciclo de conferências: a Conferência de Direitos Humanos, em Viena, em 1993; a Conferência de População, no Cairo, em 1994; a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995.

Como resultado dessa política, e influenciado por este quadro geral de desmobilização da esquerda, o movimento de mulheres sofreu uma despolitização e perda da radicalidade. O fato é que, enquanto um setor do movimento de mulheres se limitava ao discurso de políticas públicas – mesmo dentro do Estado mínimo – e ao investimento na construção de plataformas e convenções internacionais, o mercado organizava a vida da maioria das mulheres, mantendo – e também criando novas – formas de superexploração do trabalho; sobrecarregando-as com o cuidado e sobrevivência das pessoas; investindo de forma agressiva na identificação das mulheres como um objeto ou um corpo disponível; retomando modas e tendências conservadoras para influenciar e impor às mulheres padrões de imagem e comportamento<sup>4</sup>.

### **Os anos 2000 e a retomada de uma agenda crítica: a construção da Marcha Mundial das Mulheres**

Foi na resistência ao neoliberalismo que se deu uma recomposição de campos do movimento feminista, rompendo com a hegemonia do processo de institucionalização e perda de radicalidade dos anos 90. No final do milênio, as mulheres começaram a se posicionar com mais força no debate econômico e impulsionaram, no começo dos anos 2000, uma luta articulada contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Essa luta se baseou na auto-organização, na retomada da mobilização das ruas, em práticas feministas de ocupação de espaços públicos e nas alianças com os movimentos sociais.

Nesse momento, no final dos anos 90, já estava visível o surgimento de uma nova dinâmica que rompia com a agenda anterior.

---

<sup>4</sup> Para um debate mais amplo sobre esse período, ver “O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo”, publicado no Caderno Sempreviva “Desafios do livre mercado para o feminismo” (2005).

O que ocorreu foi o surgimento de outras formas organizativas, das quais se pode destacar a REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia), a Marcha Mundial das Mulheres, a organização das mulheres camponesas na Via Campesina. A proposta de construção da Marcha Mundial das Mulheres aconteceu em Quebec, em 1995, no bojo dessas movimentações, vinculada justamente à resistência à assinatura do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e à análise de que, frente à globalização neoliberal, era necessária uma resposta mundial. O lançamento da Marcha Mundial das Mulheres, em 2000, já se deu em um processo de radicalização das lutas contra o livre comércio, tendo, inclusive, como um dos marcos para a organização, as intensas manifestações em Seattle (EUA) contra o Encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A construção da Marcha Mundial das Mulheres significou a retomada do debate sobre o corpo, de forma relacionada à crítica aos instrumentos do neoliberalismo, como é a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. O movimento atuou para garantir, no espectro organizativo, a composição com forte presença de mulheres negras, camponesas e jovens, além das mulheres de bairros e sindicalistas, e propôs mudanças nas formas de organização, priorizando ações diretas, ocupação dos espaços públicos e retomada de formas coletivas de construção dos instrumentos de mobilização.

Na agenda inicial da MMM já se anunciava a centralidade do tema do cuidado, não só em relação às crianças, mas também a idosas/os. O cuidado é algo permanente em nossas vidas, e o que nos torna interdependentes. Nesse sentido, pensar no cuidado faz parte da construção de um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana, centrado no bem-estar, e que exige um equilíbrio na distribuição dessa tarefa. Já no início dos anos 2000, a MMM analisava que, a uma economia de mercado, corresponde uma sociedade de mercado, com destaque para a expansão da mercantilização

em todas as dimensões da vida humana. Nesse percurso, o corpo das mulheres é fragmentado e cercado com a medicalização ou a imposição de padrões e com a indústria da beleza.

Em sua trajetória, a MMM mostrou que sua força está em construir, desde o cotidiano e a partir da realidade das mulheres, uma ação local conectada à articulação mundial, em que a solidariedade é um eixo estruturante. Essa experiência se consolidou como uma força mundial, atualizando o feminismo como um projeto de igualdade nos marcos da construção de uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais, sem discriminação de raça/etnia e com um livre exercício da sexualidade. Por sua visão estrutural, fortaleceu a legitimidade da agenda feminista nos movimentos sociais mistos, como resultado de uma política de alianças. A partir desse processo, abriu caminhos para mudanças concretas na agenda e na forma de organização geral, com mais espaço para a participação ativa das mulheres militantes.

Desde o início, a Marcha colocou o desafio de contribuir para que a luta feminista não se fragmente nas identidades. Essa fragmentação, em alguns casos, chega a questionar a construção do movimento de mulheres como sujeito político. Evidentemente, a luta pelo respeito à diversidade, que se visibiliza pela expressão das identidades, é um elemento fundamental. No entanto, essa dimensão não pode negar a concretude das relações sociais e a base material que organiza a sociedade. Não pode negar que o sobretrabalho das mulheres, especialmente das mulheres negras, continua sustentando o mundo – e, concretamente, seus corpos continuam sendo violentados todos os dias.

As várias batalhas e vitórias feministas não se encerraram, porque o patriarcado continua, e, em sua intersecção com o capitalismo, o racismo e o colonialismo, redefine padrões de controle do trabalho, do corpo e da sexualidade das mulheres. Ao mesmo tempo, coopta e ressignifica parte do discurso construído pelo feminismo, o que

traz mais desafios.

Em 2013, na preparação de seu 9º Encontro Internacional, a Marcha Mundial das Mulheres já colocava que o sistema estava operando com uma receita muito conhecida de um grande ajuste na relação capital-trabalho (SOF, 2015). Para isso, a nível mundial, cortava gastos públicos para a prestação de serviços à população e impunha um grau de precariedade antes restrito aos países do Sul ou a setores da população (mulheres, migrantes, população negra) como a norma para todos e todas. Naquele momento, o movimento já analisava que havia um aumento do conservadorismo, com a valorização do papel das mulheres na família para justificar seu sobretrabalho e sua responsabilidade frente ao recorte de políticas públicas de apoio à reprodução.

Olhar como a construção da MMM se deu no Brasil é algo bastante ilustrativo: a partir dela, como movimento feminista aglutinador, foi possível uma mudança na agenda política, expressa fundamentalmente pelo seu caráter antissistêmico e pela busca por atuar a partir da perspectiva analítica da coextensividade entre capitalismo, racismo e patriarcado, incorporando as dimensões da juventude, do campo e da ecologia. Do ponto de vista concreto, essa visão significou disputar, a partir do feminismo, os rumos da economia.

Por fim, a Marcha significou a construção de uma organização e mobilização permanente, com a realização de grandes mobilizações, como as ações internacionais (que acontecem de cinco em cinco anos desde a sua fundação), mas também de processos como a Campanha pela Valorização do Salário Mínimo, a Marcha das Margaridas, a Ofensiva contra a Mercantilização. Com a Campanha, aprofundamos o debate feminista sobre a economia no contexto brasileiro e evidenciamos os impactos da divisão sexual do trabalho a partir da realidade do salário mínimo. A Marcha das Margaridas foi um instrumento de diversas conquistas para as mulheres do

campo. Hoje, diante de um governo com o qual não se negocia, sua mobilização cumpre um papel importante de resistência popular e visibilização de alternativas. A Ofensiva contra a Mercantilização contribuiu para a politização dos debates sobre corpo e sexualidade, e fortaleceu a organização da juventude. Em todas essas ações, foi possível demonstrar a aposta pela construção de outro modelo de sociedade a partir de um feminismo amplo, construído pela diversidade das mulheres.

A luta contra o neoliberalismo, conectada ao anti-imperialismo, se alavancou em agendas concretas no início dos anos 2000, com experiências de unidade que impulsionaram, ao mesmo tempo, o feminismo e a esquerda em geral. É um exemplo o caso da luta vitoriosa contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Proposta a partir dos Estados Unidos, a ALCA pretendia eliminar impostos de importação nas Américas, abrindo espaço para o domínio das empresas norte-americanas no continente e para o aprofundamento da exploração de bens comuns e do trabalho precário nos países do sul político. Toda a luta contra a ALCA significou muito na construção de uma força comum, auto-organizada, articulada desde o âmbito local, passando pelo regional e internacional. Foi um marco na recomposição de um campo feminista e anticapitalista naquele momento, e deu base para a agenda que foi implementada na região pelos chamados governos progressistas.

Além desta experiência de mobilização, a dinâmica da recomposição dos movimentos e da formulação de novas práticas de organização, somada à estratégia de construção de alianças, teve espaço na participação das várias edições do Fórum Social Mundial. O Fórum, construído por organizações de várias partes do mundo, teve sua primeira edição em 2001, em Porto Alegre, onde também ocorreu em 2002, 2003 e 2005.

A participação da Marcha Mundial das Mulheres nesse espaço permitiu o fortalecimento de um campo de alianças, tanto com

as organizações feministas quanto com os movimentos sociais mistos. Mas também trouxe um aprendizado fundamental: o de se envolver no FSM para a construção de força política conjunta para os movimentos, e não com o intuito de forçar agendas perante organizações e o poder público. Esta última é uma estratégia tradicional entre setores antes hegemônicos no feminismo, vinculados à institucionalização. Ao mesmo tempo, esta participação dos setores institucionalizados, que investiram em proposição de atividades e na construção dos Fóruns, nos permite avaliar que a aglutinação e radicalidade dos espaços de organização da esquerda e mobilização contra o neoliberalismo provocaram uma mudança de dinâmica até naqueles que ocupavam posição hegemônica.

### **O momento atual: ampliação a outro patamar e suas consequências**

É inegável que hoje há uma ampliação do feminismo em vários setores. Essa se tornou uma agenda geral da sociedade e não apenas dos movimentos feministas organizados. Há uma multiplicidade de pautas e setores, mas também há sentidos comuns e convergentes, como: o reconhecimento da dimensão patriarcal e racista do capitalismo; a necessidade de enfrentar os traços androcêntricos do atual modelo; a importância de defender a diversidade e dissidência sexual; a necessidade de afirmar outros valores e formas mais democráticas e horizontais de exercer o poder; o reconhecimento da agenda do cuidado; e a necessidade de auto-organização das mulheres.

Essa ampliação do feminismo tem acompanhado, durante os últimos 15 anos, uma efervescência na proposição de alternativas. Temos analisado bastante a retomada do crescimento do feminismo na América Latina e Caribe, seus vínculos com a luta contra o neoliberalismo e, então, o papel dos governos progressistas, que, em maior ou menor grau, contribuíram para a integração regional e a

formulação de um programa que alterou, por algum tempo, a dinâmica de vida das mulheres e seu grau de exploração e desamparo.

Ao mesmo tempo, em 2008, explodiu a maior crise capitalista desde 1929, tendo como foco inicial os Estados Unidos e se espalhando rapidamente para a Europa. Em 2011, houve um grande processo de mobilização: foi o período da Primavera Árabe, do 15M na Espanha, do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos. Foram mobilizações intensas, inovadoras, marcadas pela participação ampla da juventude. Ao mesmo tempo, há que se registrar que, em vários desses processos, confluíram diferentes gerações, e a existência de movimentos consolidados anteriormente deu condições para a organização sistemática dessas novas ações.

A participação das mulheres foi, durante todo esse processo, noticiada como um fato permanente. Dessa experiência, pode-se recuperar processos de construção coletiva que posicionaram o feminismo como um dos elementos centrais da luta. Como resultado, hoje se fala em um feminismo intergeracional. Na agenda política, estão muito presentes os temas da violência como estruturante, dos bens comuns – como ampliação do debate sobre economia feminista e dos cuidados – e demais temas vinculados a uma crítica global ao modelo capitalista.

Nesse mesmo período, vimos o crescimento do discurso feminista nos meios de comunicação, encontrando porta-vozes em artistas de Hollywood, cantoras da grande indústria fonográfica e no marketing das empresas. No entanto, esse processo é mais amplo do que alcança nossa percepção localizada. A Marcha das Vadias, em 2011, parece ter sido o primeiro momento em que ficou evidente a emergência de um novo formato de mobilização feminista. Ocorre a partir de chamados descentralizados, com pouca preocupação em criar processos organizativos de coordenação e de aliança com os processos existentes. No Brasil, mas também em outros países, houve tentativas de manter uma organização permanente, mas seu

método e ação, na verdade, acabavam significando fragmentação nos movimentos.

O impulso à mobilização esteve presente nas assembleias feministas no 15M, na participação feminina no *Occupy Wall Street* e na primavera Árabe. Em alguns desse processos, a auto-organização das mulheres se deu a partir da associação entre novas e antigas militantes do movimento feminista, o que gerou processos de continuidade. Um fato com impacto internacional foi o reconhecimento das feministas curdas, cujo processo organizativo foi altamente inspirador.

No final de 2015, manifestações feministas aconteceram no Brasil contra um projeto de lei de Eduardo Cunha que ampliaria a criminalização do aborto, retrocedendo nas permissões já existentes do aborto legal. As manifestações eram majoritariamente formadas por jovens, e foram noticiadas nos principais meios de comunicação hegemônicos com a alcunha de “primavera feminista”.

2015 foi também o ano da primeira manifestação “*Ni una menos*” em Buenos Aires. A movimentação foi amplamente reconhecida, inclusive com a presença de Cristina Kirchner, e continuou nos anos seguintes. O interessante é observar, por exemplo, o impacto que teve nos Encontros Nacionais de Mulheres argentinos, que ocorrem há mais de 30 anos, e que tiveram seu auge na cidade de Rosário em 2016, com a presença de 70 mil mulheres. Logo depois, ainda em outubro, elas organizaram a primeira “Greve de Mulheres”, em denúncia ao feminicídio da jovem Lucía Pérez. Nesse dia, em vários países, houve manifestações de solidariedade com as argentinas.

Esse processo deu base para que agrupações argentinas passassem a chamar uma Greve de Mulheres no 8 de março do ano seguinte. Esta mobilização se somou à iniciativa das polonesas, que também haviam chamado uma greve contra a ameaça de proibição total do aborto no país, formando assim o chamado à Greve

Internacional de Mulheres, organizada em vários países, inclusive latino-americanos. Embora não conheçamos sua extensão ou seu tamanho, fala-se na participação de 55 a 60 países, incluindo o Brasil.

Logo depois, em novembro de 2016, em Madrid, houve uma grande manifestação das mulheres contra a violência e, no início de 2017, a Marcha das Mulheres nos Estados Unidos, um dia após a posse de Trump, também acompanhada de ações em vários países em solidariedade às estadunidenses.

Foi nesse contexto o chamado para a Greve de mulheres em 2017, com duas convocatórias: a das argentinas e a das polonesas, muito reforçadas pelo artigo assinado por Angela Davis, Nancy Fraser, Cinzia Arruzza e outras<sup>5</sup>. Em 2018 e 2019, o chamado se repetiu. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, a tendência para chamados de mobilização para o “8M”, e não mais para o “8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres”, abre espaço para um esvaziamento, uma banalização anônima do feminismo, e dificulta a participação e organização popular nas mobilizações.

É preciso abrir uma discussão sobre o significado desse processo. Ao mesmo tempo em que traz diversos ganhos no feminismo, tanto em uma maior participação política das mulheres nas lutas quanto na visibilidade de algumas pautas, esse processo coloca um desafio: alcançar mais mulheres rumo a uma prática feminista anticapitalista e antirracista permanente, capaz de se organizar para além das datas de grandes mobilizações, e de estabelecer relação entre novos coletivos e movimentos já existentes, cujos acúmulos e experiências não podem ser negados.

Uma questão importante de ser evidenciada é o fato de que a luta contra a violência patriarcal aparece como questão central,

---

<sup>5</sup> Manifesto “Por uma greve internacional militante no 8 de março”, por Angela Davis, Cinzia Arruzza, Keeanga-Yamahatta Taylor, Linda Martín Alcoff, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Rasmea Yousef Odeh.  
Disponível em: [bit.ly/2PKeuW0](https://bit.ly/2PKeuW0)

que envolve muitos dos processos mencionados. À primeira vista, poderia parecer uma reedição de uma agenda anterior. No entanto, houve uma politização na forma como se enfrenta a violência, marcando seu papel estruturante do modelo de dominação em nossa região. Essa politização se deu, inclusive, na prática: as limitações das ferramentas de denúncia, conquistadas pela luta das mulheres, evidenciaram que o enfrentamento à violência não dá conta de erradicá-la apenas através da punição e da formulação legal<sup>6</sup>. Há uma conexão profunda entre as dimensões patriarcais, racistas, capitalistas e coloniais da violência, que colocam a necessidade de que esse enfrentamento seja parte de uma luta antissistêmica, e que seja responsável pela avaliação sobre a forma e o alcance da punição.

Não é uma coincidência que a pauta antipunitivista esteja tendo destaque em um momento no qual as cadeias, além de superlotadas, vêm sofrendo também com uma intensificação da desumanização advinda da terceirização - mais um sintoma do neoliberalismo. As dimensões de raça e classe são parte fundante dessa questão, pois o mesmo sistema que não oferece auxílio e proteção para as mulheres vítimas de violência é responsável por prender massivamente a população negra e pobre por crimes que derivam diretamente da contundente desigualdade social, em uma gritante diferença entre quem está sendo punido e quem não está.

### **Um feminismo em disputa: entre cooptações e interdições**

Na mesma medida em que a ressonância do campo feminista cresce, também crescem as disputas sobre seus rumos, suas plataformas, suas formas de luta e seu projeto político. Parte fundamental

---

<sup>6</sup> Outro exemplo foi a experiência relatada por mulheres que expuseram histórias de violência durante a campanha #MeToo, nos Estados Unidos, e se angustiaram diante do fato de que os relatos públicos, apesar de visibilizar a questão, não foram suficientes para alterar sua situação.

dessas disputas também está vinculada ao contexto político mais geral, como a influência das forças conservadoras e fascistas e também do projeto neoliberal. Vivemos um momento complexo e ainda não é possível ter uma caracterização nítida. Há um processo de disputa, onde mesmo o campo da direita se confronta com propostas sobre os sentidos da recomposição frente à crise global do capitalismo. Particularmente na América Latina e Caribe, hoje enfrentamos uma reação conservadora aos processos de mudança impulsionados na região por mais de uma década. A agenda conservadora, que hoje é aliada da contra-ofensiva neoliberal, se iniciou, inclusive, com ataques à agenda feminista.

O combate à chamada “ideologia de gênero”, apesar de parecer um confronto local, apenas com ataques mais territorializados (como a professoras de escolas públicas que trabalham a educação a partir do pensamento crítico), na verdade se repete em vários países com discursos de ódio idênticos para tentar impor retrocessos através da moral e de uma suposta despolitização. Setores conservadores e alguns setores religiosos estão organizados em ampla escala, mas também encontram a resistência sólida de movimentos sociais.

A emergência do neoliberalismo e o crescimento desproporcional da força do mercado sobre nossas vidas e territórios significou uma plataforma de disputas de valores muito intensa. Ora atreladas ao discurso conservador, ora se contrapondo a ele, as forças neoliberais trataram de entrar na disputa sobre os rumos do feminismo, especialmente transformando as reivindicações antissistêmicas em formas de comportamento harmonizadas com o mercado, no sentido de forjar os sujeitos necessários para organização da produção e da subjetividade segundo os parâmetros liberais.

O individualismo é uma das marcas do neoliberalismo, pois garante o modelo de concorrência necessário para as regulações do mercado, baseado em lucro e desigualdade. E esse individualismo vai sendo absorvido não apenas no contexto restrito do trabalho e

da profissionalização, mas também na consciência social generalizada, inserindo-se em outros aspectos da vida. Talvez essa seja uma pista para entender porque cresce, hoje, uma visão de feminismo na qual as mudanças de vida dependem apenas de “escolhas pessoais”, fazendo uso de discursos sobre empoderamento individual das mulheres. Esses discursos buscam construir a ideia de que o feminismo é uma forma de comportamento moderno, harmonizado com a ideia de sujeitos com uma autonomia superdimensionada, descolada do contexto social que nos cerca e sem contradição com a lógica de mercado. Em resposta, retomo um lema circular da Marcha Mundial das Mulheres formulado ainda em 2005, que diz: “mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, mudar a vida das mulheres para mudar o mundo”, que sintetiza a necessidade de o feminismo ter uma visão estrutural.

Mas o que aparece em alguns discursos é o oposto: com a amplitude conquistada pelo feminismo – que vai além das nossas organizações populares e, mais que isso, das organizações de movimento –, discursos pretensamente feministas passam a aparecer na imprensa, no mundo artístico e cultural, alterando não só a agenda política, mas também a concepção de organização. Mulheres “bem-sucedidas” profissionalmente, dentro dos padrões estéticos, brancas, ricas e com algum nível de transgressão sobre suas próprias vidas se tornam exemplos – as da vida real e as representações vindas de séries estadunidenses. Na grande imprensa, circulam previsões como “daqui a vinte anos, as mulheres estarão no comando”. O feminismo não pode ser compreendido como uma ferramenta residual de uma classe alta que conseguiu acumular mais. A representatividade reduzida à visibilidade de mulheres que operam as desigualdades não responde às necessidades do feminismo e da maioria das mulheres.

Nesse contexto, são frequentes as investidas de incorporação do feminismo pelas empresas e demais setores do capitalismo,

partindo da ideia de que o feminismo, por ser uma coisa de todas, pode ser moldado de acordo com interesses próprios. É preciso ter olhos atentos para as máscaras e táticas de um neoliberalismo que se maquia de “progressista” ou mesmo de feminista, enquanto apoia cortes de direitos e lucra com a exploração e a financeirização. A chamada “maquiagem lilás” é uma estratégia das empresas de mascarar seu modelo de exploração (que é fundamental para sua acumulação) através de discursos voltados para mulheres e ações de “responsabilidade social corporativa”, com suposto impacto social. Essas dinâmicas e agentes precisam ser observados. Ao não se identificar as/os agentes destas tendências, fica a impressão de que não se está disputando um projeto político geral, mas apenas circulando ideias para permear o conjunto da sociedade. Mas, ao fim e ao cabo, o que se reforça é um projeto de poder reformista e liberal, em que um setor de elite é incorporado. Ao incorporar o feminismo, essas empresas e “mulheres bem-sucedidas” colocam a sua versão do que é ser feminista, o que se torna, diretamente, um desafio para nós. Nesse sentido, o já mencionado papel da ONU é um dos que se destacam.

Esses elementos são ainda mais complexificados quando encontram novas dinâmicas de sociabilidade decorrentes das redes sociais. O uso dessas plataformas, altamente controladas pelo centro de poder do capitalismo, tem impactado especialmente as formas de fazer política e a capacidade de diálogo do campo progressista. Se, por um lado, a tecnologia possibilitou nova escala na comunicação e novas oportunidades das discussões públicas, por outro lado, tem prejudicado alguns dos requisitos básicos da luta política: tem contribuído para enfraquecer as leituras construídas a partir do debate amplo e da síntese coletiva em prol de leituras formadas no âmbito individual, sem respaldo de espaços coletivos de representação.

Esse fato contribui para esvaziar os espaços coletivos e, portanto, esvaziar o próprio sentido da ideia de representação política. Sua

finalidade deixa de estar na defesa de pautas acordadas amplamente para, então, se fixar na construção das identidades individuais. Essa discussão da identidade traz consigo uma fragmentação estranha: através da observação do plural, do diverso, posiciona as pessoas em um lugar de muita homogeneidade, em que a aproximação só se dá entre iguais. Não se pode negar que haja hierarquias entre as mulheres, que devem ser visibilizadas para ser superadas, mas também se coloca a pergunta: como reconstituir a unidade? A diversidade de identidades é fundamental para uma vida política democrática. Contudo, atrelada a ela, é necessária uma política que retome os espaços coletivos de decisão e representação. Precisamos nos perguntar não apenas quem fala por quem, mas como construímos processos que legitimam pessoas para representar nossos acordos, no sentido da política do comum.

Também como consequência do momento em que nos encontramos, o debate político é muito interdito, tanto no feminismo quanto nos espaços gerais dos movimentos. Além de personalista, se divide em duas fórmulas: ou homogeniza as posições de todos os envolvidos ou segue uma lógica em que todo mundo está junto contra alguém; em ambos os casos, perde-se o que importa, a discussão política. Esta é uma tendência que temos visto no feminismo, mas também em outros espaços, porque é parte da forma como se organiza a sociedade. Todo processo de transformação e de luta deve ter escuta, discussão ampla de ideias, que é o caminho para construir as sínteses necessárias.

As disputas que impactam a construção do feminismo também perpassam o âmbito das universidades. A última década assistiu a uma entrada massiva de jovens nas universidades brasileiras, com destaque para a população negra. O processo de luta para que a universidade tenha uma lógica mais compatível com a realidade de vida da classe trabalhadora tem formulado novas perspectivas a partir do acesso de novos sujeitos.

Diante dessas mudanças no perfil da universidade e diante do contexto atual do feminismo, as disputas do campo necessariamente passam por esses espaços, com alguns desdobramentos: por um lado, o espaço da universidade contribui para que as pessoas sejam munidas de reflexões que podem levar a acúmulos para a prática política e a construção de saberes antes deixados de lado; por outro lado, mesmo essa mudança no acesso não foi suficiente para garantir uma mudança estrutural na lógica da academia e romper a desconexão que existe entre a linguagem acadêmica e a prática cotidiana da vida das mulheres. Na verdade, muitas teorias forjadas a partir da academia têm se sobreposto à experiência de organização das mulheres nos movimentos e partidos. Além disso, a relação com a universidade tem se tornado cada vez mais fundamental para a legitimação de lideranças, mesmo nos casos em que não há conexão com as práticas coletivas. Esses fatores dificultam a produção de sínteses e tornam a capacidade de incidência política ainda mais desigual.

Esse quadro também perpassa a disputa de leituras sobre a tradição do feminismo, isto é, a compreensão de como chegamos até aqui e quais foram as bases para a luta política. Isso tem significado um apagamento das contribuições vindas de um feminismo vinculado aos movimentos sociais e à organização das trabalhadoras. Mesmo que, a partir dos anos 2000, a crítica ao neoliberalismo tenha voltado a acentuar-se nos movimentos sociais de esquerda, rompendo com o imobilismo acrítico de certos setores na década de 90, a imaginação de outro mundo necessário não esteve amplamente atrelada ao socialismo como projeto central para a construção coletiva de alternativas.

Isso porque o discurso hegemônico e de alguns setores da esquerda continuaram a fixar o socialismo no campo do “dogmatismo” de um marxismo ortodoxo. A dificuldade de repensar o marxismo permeou as tentativas de organizar leituras socialistas renovadas

para a construção das democracias atuais. Essa limitação também explica o porquê de as raízes históricas da relação entre feminismo e socialismo sofrerem continuadas tentativas de apagamento. Um exemplo reside nas confusões cristalizadas sobre a origem do 8 de março, que distanciam a data de sua ligação com a luta das mulheres na Revolução Russa<sup>7</sup>.

Dadas essas dificuldades e as intensas disputas com os discursos neoliberais, há uma séria dificuldade de imaginar a superação da opressão e exploração das mulheres a partir de mudanças radicais no sistema capitalista. Isso porque, se a luta feminista for compreendida apenas como uma mudança de comportamento pessoal, que busca harmonizar algumas demandas de alguma igualdade de gênero com os valores e estruturas do mercado, uma transformação estrutural não se faria necessária.

### **Um feminismo posicionado desde a luta das mulheres trabalhadoras<sup>8</sup>**

Através da luta feminista, percebemos que um dos problemas, portanto, é a dificuldade de criar uma relação com a luta concreta por transformações estruturais. No momento atual, aparentemente existe um feminismo antissistêmico, anticapitalista, super crítico, mas o debate anticapitalista é, em grande parte, uma retórica, uma abstração. Além das grandes mobilizações, é necessária uma organização permanente em torno de uma luta anticapitalista, que reflita a radicalidade do discurso na radicalidade de ação política.

Vemos que há uma tendência, por parte desse feminismo difuso, na qual tudo se torna prática discursiva e o que se ressalta

---

<sup>7</sup> GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres. Expressão Popular, SOF, 2010.

<sup>8</sup> Agradeço a Clarisse Goulart Paradis por suas contribuições neste texto.

é a busca por mudanças das relações interpessoais e, no máximo, no plano abstrato das convicções. Na prática, isso significa que a atuação de certos setores do feminismo hoje se limita às esferas das liberdades individuais e da igualdade de oportunidades e representação. Por isso, a pergunta que sempre devemos colocar: quantas pessoas queremos envolver em nossa luta por transformação?

Não se pode minimizar a extensão e expressividade das denúncias sobre assédio, violência sexual, abusos, desqualificação e misoginia em geral. No entanto, é um diagnóstico importante perceber que o que vem se tornando público é, em sua maioria, vinculado aos setores médios. São exemplo disso os relatos presentes na exposição “O céu ainda é azul, você sabe...”, da artista Yoko Ono, as iniciativas virtuais #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, #MeToo, e tudo o que se seguiu.

As perguntas de Johanna Brenner, socióloga norte-americana, são exemplares para discutir os desafios que temos no movimento hoje. Ela coloca:

“O feminismo e outros movimentos contra a opressão precisam ser movimentos inter-classes, então eles também precisam se questionar sobre ‘quem terá hegemonia dentro desses movimentos?’ Quais visões de mundo determinarão o que o movimento vai exigir? Como essas demandas serão articuladas e justificadas? Como o movimento em si está organizado?” (BRENNER, 2019, s/p)

Há um problema quando os debates que dizem respeito a toda a sociedade ocorrem sob uma perspectiva reduzida: eles são pautados a partir de uma perspectiva que não dá conta da sociedade como um todo, com suas diferenças e necessidades, e pode, inclusive, prejudicar as dinâmicas de vida da população mais vulnerável.

Um exemplo é o exposto por Veronica Gago e Natalia Quiroga

em artigo sobre feminismo e a relação com as cidades (2017). Segundo elas, a visão política predominante no feminismo a partir do debate sobre a violência construiu um conceito de cidade insegura para as mulheres. É a ideia de que o perigo ronda todo lugar, e que, quanto mais pobre o bairro, mais violento ele é. Esta ideia acabando servindo, por exemplo, para justificar políticas de segurança elaboradas por setores da direita, que, baseadas no racismo e no elitismo, são verdadeiras políticas de extermínio. O feminismo é rechaçado pela direita, ao mesmo tempo em que as mulheres são usadas por esses mesmos representantes como motivação de suas políticas. Um caso extremo: em 2015, ao mesmo tempo em que as mulheres dos movimentos sociais participavam ativamente da campanha contra a redução da maioria penal, parlamentares de direita votaram a favor “pela segurança das mulheres”, “contra a impunidade de estupradores mirins”, fazendo uso de uma retórica muito violenta e que nada tem a ver com as práticas de um feminismo de esquerda, posicionado junto à classe trabalhadora. Esses casos emblemáticos, não apenas de usurpação pela direita, mas mesmo de perspectivas elitistas dentro do movimento, escancaram a necessidade de o feminismo estar em conexão intrínseca com a perspectiva de classe e raça. Se é verdade que vivemos um crescimento do feminismo, é verdade também que ele é paradoxal: ao estabelecer estratégias para dialogar com mais mulheres, não necessariamente dialoga com (e a partir da) realidade das mulheres trabalhadoras mais empobrecidas, com vidas mais precarizadas.

Desde os territórios e setores populares, há um desejo de mudança pelas mulheres, que não estão satisfeitas com as imposições do patriarcado sobre suas vidas. Parece haver, porém, uma visão mais coletiva sobre suas comunidades e sua classe, o que difere de uma ideia de autonomia que tenha seu ápice em um rompimento com os homens.

Nessa formulação corrente de rompimento, o que demarca

que uma pessoa é feminista é sua crítica ao patriarcado – crítica que, em geral, está conectada a um enfrentamento direto aos homens, suas práticas, seus discursos. Muitas vezes, a visão de como o patriarcado explora o trabalho e precariza a vida das mulheres acaba sendo compreendida como uma questão puramente de classe, que não concerne ao feminismo. A demarcação do feminismo se voltaria para a denúncia de discursos e práticas tidas como “puramente machistas”. Nessa linha, gênero, raça e classe seriam campos separados, no pensamento e na prática, e não dimensões imbricadas de um mesmo problema. É preciso refletir sobre como garantir um ganho de consciência feminista que não esteja diretamente atrelado a uma ruptura das mulheres com os espaços mistos onde estavam envolvidas – sindicato, partido, família etc. Esta lógica pode impedir que muitas mulheres, por terem grandes responsabilidades em suas comunidades, se engajem no feminismo reconhecido como tal, apesar de sua já mencionada insatisfação com o patriarcado e sua identificação e atuação em diversas pautas.

A autonomia pessoal, o questionamento da família como o único lugar das mulheres, a visão das mulheres como sujeito político, todos esses elementos são fundantes do feminismo e de sua prática através das décadas. Se expressam nas experiências de enfrentamento, reivindicação e construção de alternativas coletivas das mulheres trabalhadoras em suas lutas cotidianas. Justamente por isso, a autonomia pessoal e o feminismo não podem ser superficialmente compreendidos como uma barreira para a construção dos comuns, das comunidades e dos movimentos sociais. As práticas de luta das mulheres têm se mostrado, na verdade, uma importante ferramenta para a sustentabilidade da vida e o aprofundamento de laços comunitários. No trecho abaixo, a historiadora italiana Silvia Federici exemplifica o que são os comuns:

“Também foram as mulheres que lideraram os esforços para

coletivizar o trabalho reprodutivo como ferramenta para diminuir os custos da reprodução e para se protegerem mutuamente da pobreza, da violência estatal e da violência exercida de maneira individual pelos homens. Um exemplo de destaque são as “ollas comunes” (cozinhas comuns) que as mulheres do Chile e do Peru construíram durante os anos 1980, quando, devido à forte inflação, já não se conseguia comprar alimentos de maneira individual (Fisher, 1985). Essas práticas constituem, do mesmo modo que os reflorestamentos coletivos e a ocupação de terras, a expressão de um mundo em que os laços comunitários ainda são poderosos.” (FEDERICI, 2014, p. 152)

Assim, coloca-se um questionamento necessário: por onde podemos pensar a autonomia das mulheres na relação com o debate dos comuns hoje? Falar em recuperar os comuns traz a ideia de abrir espaço para relações de comunidade (sem recuperar, evidentemente, relações de desigualdade e hierarquia). Diante da tendência liberal da ruptura individual, que parece atingir principalmente as mulheres mais abastadas, é um desafio para o feminismo formular como a autonomia pode ser constituída desde processos coletivos, a partir do conjunto de cada povo ou comunidade, em suas diferenças e semelhanças. Isso implica em deslocar a centralidade do feminismo apenas da “consciência feminista” de uma ou de outra, para então construir, além dela, uma consciência coletiva, que resulte em práticas políticas.

Existem mais exemplos na história de tentativas das mulheres nesse sentido, e retomá-los sempre pode nos ajudar. A socióloga norte-americana Johanna Brenner, em artigo publicado este ano, também se mostra angustiada ao olhar para as análises sobre a segunda onda do feminismo nos Estados Unidos, por “reconhecer que o momento revolucionário do movimento se trata de uma memória turva, enquanto que aspectos-chave do feminismo liberal foram incorporados à agenda da classe dominante” (BRENNER,

2019, s/p). No artigo, a autora recupera o papel de um feminismo mais conectado à agenda das mulheres trabalhadoras, que, apesar de ocultado pelos posteriores holofotes do feminismo liberal, foi responsável por amplas campanhas contra o que chamamos de precarização da vida. Esteve à frente do debate sobre o trabalho de cuidados, exigindo mais responsabilização do Estado e igualdade social para garantir a socialização desse trabalho. As reivindicações de direitos, sempre atreladas ao discurso de transformação social, formaram uma luta que envolveu o movimento negro e o sindicalismo como parte crucial do feminismo, e foram responsáveis por aprofundar a politização feminista nos espaços mistos e por formular conexões entre temas que pareciam ter tensões entre si.

Também a experiência da grande lutadora política Berta Cáceres, hondurenha assassinada em 2016, nos traz grande inspiração e aprendizagem para práticas feministas realmente transformadoras, que partem da realidade da vida das mulheres. Berta foi uma liderança anticapitalista, feminista, ambientalista. Sua atuação foi fundamental na luta do povo lenca, em Honduras, em defesa de seu território, uma pauta que integrava o horizonte de transformação geral à construção de formas igualitárias de organização da vida concreta. Dois elementos muito importantes foram postos nesse processo: primeiro, o reconhecimento do papel protagônico das mulheres; depois, o enfrentamento conjunto aos desafios, a partir da compreensão de que, em todas as dimensões da luta e da vida, o povo lenca deveria estar junto.

### **Construir o feminismo anticapitalista para derrotar o neoliberalismo**

Esses são, portanto, alguns elementos do momento em que nos encontramos neste final de década. O neoliberalismo avança, aliado ao conservadorismo, sobre processos democráticos, a capacidade de

organização se vê limitada pela fragmentação e o mercado se empenha em tomar para si o feminismo em uma caricatura individualista. Apesar disso, nos processos de resistência política, é perceptível o papel das mulheres em alavancar lutas e convocar o conjunto amplo da esquerda a ocupar as ruas em nome da construção de outra sociedade.

Têm sido muito relevantes os acúmulos do feminismo negro nas Américas, que vem pautando as agendas a partir de uma perspectiva antirracista e decolonial. Sua atuação hoje tem forte expressão e se conecta com um processo de décadas de formulações e lutas do movimento negro. São exemplos disso as recentes traduções e reedições de livros-chave de Angela Davis e Patricia Hill Collins; a ampla difusão de reflexões do feminismo negro a partir de blogs e plataformas digitais; e a organização firme das mulheres negras nos movimentos populares. Não à toa, organizou-se a Marcha das Mulheres Negras, em 2015, com reivindicações em torno da concepção de bem viver, e o Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 2018, marcando uma história de 30 anos desde seu primeiro encontro.

O feminismo está demonstrando sua capacidade de incidir na sociedade através da conexão entre produção e reprodução, elementos falsamente dicotômicos, e da construção dos comuns a partir das lutas por moradia, território, soberania alimentar, cibersegurança, comunicação popular, educação etc.; a partir da organização de mulheres rurais e urbanas; a partir das formas de resistência das mulheres negras e indígenas. Isso significa que o feminismo não é um assunto à parte, uma especificidade. Seu debate é parte integrante da economia, da política, da cultura e do trabalho, elementos que organizam a sociedade. Ocupa posição transversal na alternativa que se pretende construir para a sociedade. A história do nosso feminismo é, portanto, parte da história do conjunto da classe trabalhadora contra a exploração, a opressão, a injustiça.

Diz respeito a não se deixar enganar pelas máscaras do capitalismo patriarcal e racista, que coloniza, desumaniza, rouba terras e vidas.

Por isso, é preciso encarar de frente as tentativas de cooptação do feminismo pelo mercado, que cria discursos contraditórios e produtos de marketing para reforçar marcas e acumular. Muitas vezes, se permite que prevaleça um discurso que não confronta, através da ideia de que tudo é diverso e plural, e de que não se pode defender o feminismo socialista, e sim aceitar que os “feminismos” são plurais, mesmo que entre esses sujeitos haja empresas transnacionais fazendo propagandas supostamente libertárias. O nosso feminismo deve ser antissistêmico, o que significa ser antipatriarcal, antirracista, anticapitalista, pela diversidade sexual. Isso significa, inclusive, construirmos nossas alianças com mais força, a partir de um projeto, com programa e propostas definidas. Se temos consciência de que o conflito capital-vida não se resolve no marco do modelo atual, é preciso construir o movimento feminista, suas ações e suas alianças a partir dessa visão. O feminismo não pode se limitar a ceder mais poder para alguns indivíduos ou setores restritos, uma estratégia que esvazia a luta política através do desvinculamento dos espaços e processos comuns. Sua força está no horizonte de liberdade das mulheres enquanto sujeitos históricos e sociais. Para atingirmos esta transformação ampla, os desafios são muitos, e envolvem o reconhecimento, pelas organizações de esquerda, dos acúmulos do feminismo em sua complexidade e dimensão estruturante, para que ele não seja banalizado, desqualificado como “identitário” ou escanteado como “específico”.

A incorporação de forma permanente da pauta feminista radical e libertária é uma questão chave para que se efetivem as mudanças que queremos, para percorrermos os caminhos da igualdade.

### Referências bibliográficas

BRENNER, Johanna. “A promessa do feminismo socialista”. In: *Jacobin Brasil* (Online) Acesso em: 12 de novembro de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2MiZ7S2>

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEDERICI, Silvia. “O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva”. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política*. São Paulo: SOF, 2014. pp. 145-158.

QUIROGA, Natalia; GAGO, Veronica. “Una mirada feminista de la economía urbana em la reinención de la ciudad”. In: CARRASCO, Cristina; DÍAZ, Carme (Orgs.). *Economía Feminista: desafios, propostas, alianzas*. Barcelona: Entrepueblos, 2017.

SOF. *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: SOF, 2015.

# NEOLIBERALISMO, CONSERVADORISMO E A LIBERDADE DAS MULHERES: NOTAS SOBRE A QUESTÃO DA PROSTITUIÇÃO<sup>1</sup>

Clarisse Goulart Paradis

Uma onda conservadora parece recobrir o mundo neste período. Demonstrações de profunda intolerância e de reforço dos valores tradicionais ameaçam os pilares básicos dos ideais que fundamentaram as sociedades contemporâneas, representados pelo moderno contrato social, isto é, pelos princípios que legitimam as regras de organização do exercício do poder, da cidadania, a partir da convivência dos diferentes interesses.

Evidentemente, o pensamento conservador esteve fortemente representado nas disputas políticas em todos os períodos históricos. Se os mais otimistas acreditavam que a hegemonia do liberalismo como linguagem política varreria o obscurantismo do conservadorismo preconceituoso e hierárquico, o que assistimos hoje pode ser identificado como um alinhamento entre o liberalismo (ao menos em sua vertente clássica) e um neoconservadorismo. Karl Marx, em “Manuscritos econômico-filosóficos”, por exemplo, já apontava a falácia do discurso liberal como “anticonservador”. Em vez de trocar o mundo das trevas por um mundo iluminado, o capitalismo teria reposto as formas cruéis e desumanas de cativeiro, marcadas pela violência e desigualdade (Marx, 2004).

Como nos mostra Roberto Guerra (1998), há certa coalizão entre neoconservadorismo e neoliberalismo, cujo amálgama se dá entre os elementos tradicionais, como autoritarismo, família, ordem e religião, e os elementos do liberalismo clássico, tais como o individualismo, a competição econômica e o antiestatismo. Para o autor,

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente na Revista Horizontes ao Sul (Online).

esse modelo visa “libertar os cidadãos das garras do Estado e reduzir ou eliminar boa parte dos direitos, especialmente econômicos e sociais, conquistados no passado recente” (Guerra, 1998, p.74).

No entanto, a situação parece ser ainda mais complexa. Afinal, esse alinhamento é, de longe, constante. No contexto neoliberal, o mercado capitalista constitui um emaranhado de discursos no sentido de uma plena mercantilização das esferas da vida, fundamental para as formas de acumulação da atualidade. Sabemos que essa tarefa necessita manejar subjetividades, imaginações, desejos e discursos aparentemente libertadores, que se chocam frontalmente com o baluarte do conservadorismo.

O ideal liberal de liberdade como não interferência está em contradição, portanto, com a ideia de autoridade, tão fortemente reforçada pelo pensamento conservador. Esse desalinhamento é nítido quando analisamos o tema da prostituição, que é objeto deste ensaio. Desde o século XVIII, as culturas progressistas (feministas, socialistas, anarquistas, etc.) traçaram uma crítica à dupla moral sexual, isto é, de um lado, esperava-se das mulheres<sup>2</sup> um comportamento sexual extremamente restrito, vinculado à castidade, reprodução e casamento, e do outro lado, permitia-se aos homens uma conduta sexual que extravasasse esses parâmetros, incluindo

---

<sup>2</sup> A dupla moral sexual dependia da figura da dona de casa, cuja representação funcionava como modelo universal de feminilidade e ideal de prosperidade da classe média (Davis, 2016). Como afirma Angela Davis (2016), as mulheres negras eram encaradas como desprovidas de gênero, vistas como anomalias quanto ao padrão de feminilidade do século XIX, afinal assumiam em pé de igualdade o trabalho produtivo nas sociedades coloniais e escravocratas e não eram consideradas mães. Como afirma bell hooks (1982), a moral vitoriana do século XIX teria alterado a visão misógina sobre as mulheres brancas, de pecadoras para virtuosas, puras e guardiãs da moral. As mulheres negras, no entanto, continuaram sendo consideradas más, perdidas, imorais e sexualmente incontroláveis. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a dupla moral sexual afetava as mulheres diferentemente, funcionando também como dispositivo das relações raciais. Nota inexistente na primeira publicação desse texto, acrescentada para a publicação deste Caderno, a partir de consideração feita pela Tica Moreno, a quem agradeço.

romances momentâneos e a compra de sexo no mercado.

Na cultura do feminismo, desde as primeiras manifestações do século XVIII até o século XX, a prostituição foi denunciada como um mecanismo fundamental para a sustentação da vivência de uma masculinidade calcada nessa dupla moral sexual. Havia certo consenso de que a prostituição era uma escolha individual, feita nas condições em que o sistema patriarcal gerava suas piores contradições: o limitado acesso à renda e trabalho pelas mulheres, especialmente das classes populares, o conservadorismo sexual, a imposição do casamento como norma, entre outras.

De lá para cá, com a debilidade da dupla moral sexual, a prostituição precisou de novos alicerces para se manter como um sistema. Aproveitando-se da emergência do neoliberalismo, ou mesmo como produto dele, a prostituição foi sendo recheada de um discurso tanto “anticonservador”, contrário à imposição do casamento, da castidade, da monogamia etc., quanto “mercantilizador”, em defesa de um modo de organizar as relações afetivas e sexuais extremamente vinculado a como o mercado molda as subjetividades. Assim, a prostituição passa a ser vendida como uma atividade calcada na autonomia das mulheres, de fazer do seu corpo um negócio.

O pensamento conservador, por outro lado, cada vez mais vivo e ressoante, continua a operar a partir de uma moral sexual extremamente violenta, que constrói o corpo e a vida das mulheres e da população LGBT como um pecado, e as prostitutas como o exemplo concreto da “perdição das mulheres”. A batalha em torno da chamada “ideologia de gênero” ilustra bem esse discurso.

Um dos elementos fundamentais que parece estar em jogo nessas disputas é a concepção de liberdade sexual. A polêmica em torno do corpo nu e de imagens sexualizadas na arte contemporânea, a “queima da bruxa” na passagem de Judith Butler no Brasil e o discurso sobre as mulheres no governo Bolsonaro são evidências de episódios de conflitos recentes. Nesse sentido, o feminismo

como pensamento político, forjado na prática social, é provocado a construir uma narrativa própria, que reforce a liberdade dos sujeitos, repense o significado da sexualidade e retome sua crítica ao neoliberalismo e ao conservadorismo.

Para reafirmar a relação entre liberdade e sexualidade, nada mais apropriado do que reavivar a obra septuagenária, mas ainda fundamental, de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo” (2016). A autora aprofundou o conceito de liberdade como autonomia, reconhecendo seu traço fundamentalmente relacional, dependente do contexto social, político, econômico. Assim, ainda que as mulheres tenham vidas independentes, elas não serão livres se estiverem envoltas em um contexto marcado pela exploração do trabalho e falta de autonomia nas relações afetivas.

Como nos mostra Beauvoir, a sexualidade é fundamentalmente uma relação ambígua entre ser sujeito e objeto. Essa ambiguidade só deixa de afrontar a integridade humana quando a sexualidade é exercida num contexto antipatriarcal, em que liberdade e igualdade são pré-requisitos. Mesmo que fundamentada na ambiguidade, a sexualidade é potencialmente o lugar do encontro ético. As práticas sexuais dos marcos conservadores interditam esse potencial quando despojam as mulheres do direito de gozo. As opções sexuais oferecidas e permeadas pelo mercado são tão problemáticas quanto, pois fixam a relação sujeito/objeto como relação homem/mulher e liberdade/sujeição.

A cultura conservadora, que ajudou a cristalizar um lugar subordinado às mulheres na sociedade, foi combatida pelo feminismo desde os seus primórdios, mas teve seu momento ápice de reação na segunda metade do século XX, quando o movimento abalou os alicerces da dupla moral restritiva. A luta por uma vivência livre da sexualidade, fora dos padrões heteronormativos e patriarcais, a militância pela legalização do aborto, o questionamento da maternidade como destino obrigatório, a aceitação de múltiplos arranjos afetivos

e sexuais, confrontaram profundamente o pensamento conservador.

Defendi em minha tese de doutorado que, no interior do campo feminista, em torno dos anos 80, houve, no entanto, a formação de uma “cacofonia desconstrutiva” (Paradis, 2016) sobre o tema da prostituição, fruto das contradições e ambiguidades enfrentadas na relação com o mercado capitalista e no combate ao conservadorismo. Tal processo acompanhou a expansão das pautas de reconhecimento em detrimento das questões de redistribuição, como discute Nancy Fraser (2007).

Em outras palavras, o debate sobre a sexualidade deixou de ter ligações fortes com os problemas de desigualdade econômica, legitimando, assim, uma posição anticonservadora sobre autonomia do corpo das mulheres, sem uma proteção ao discurso mercantilizador do neoliberalismo. Dessa forma, qualquer visão crítica sobre o mercado do sexo começou a ser interpretada como uma posição moralista, gerando polêmicas quase intransponíveis nas reflexões sobre a sexualidade no campo do feminismo.

Essa cacofonia só foi possível com o relativo abandono de uma visão política sobre a sexualidade fortemente centrada na liberdade como autonomia, ou seja, uma liberdade fortemente vinculada à igualdade, que conecta autonomia pessoal e liberdade coletiva (vide Beauvoir), para uma separação e redução da esfera sexual como sendo o lócus último das disputas patriarcais.

A superação dessa cacofonia depende da identificação das diferenças entre o discurso mercantilista neoliberal, o discurso conservador puritano e o discurso libertário do feminismo. O debate sobre a prostituição torna-se especialmente importante, ao escancarar confluências e contradições entre neoliberalismo e conservadorismo, conectar a política do público ao privado e interpelar um posicionamento feminista anticapitalista sobre essas questões.

Nesse sentido, é tarefa do campo do feminismo, ainda que na sua diversidade, resgatar a luta que se travou desde o século XVIII

para propagar uma outra visão sobre a sexualidade, nem conservadora e nem mercantil, reconhecendo que as mulheres têm o direito de viver suas vidas da maneira como escolheram, dentro de um quadro de leis e normas sociais que possibilitem, a todas, liberdade e igualdade.

Quanto mais o mercado nos cristaliza como mercadoria, menos liberdade temos coletivamente. Lutar contra a violência é uma tarefa que nos une, assim como lutar contra o abuso policial, contra a ação proxeneta dos Estados e contra a discriminação das mulheres na indústria sexual. Quando, no discurso político, neoliberalismo e conservadorismo são a ordem do dia, o campo do feminismo deve ser capaz de encontrar um espaço de ação próprio, de modo subversivo e libertário.

## Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 240, maio-ago. 2007.

GUERRA, Roberto R. El liberalismo conservador contemporáneo. Santa Cruz de Tenerife: Universidad de Laguna, 1998.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

PARADIS, Clarisse. Feminismo, liberdade e prostituição: para além do dissenso democrático. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

## UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E POPULAR PARA ENTENDER O ATUAL MOMENTO NOS ESTADOS UNIDOS

Cindy Wiesner

**A**scensão do populismo de direita, não somente nos Estados Unidos, mas em todo o mundo, é um efeito do neoliberalismo. Donald Trump é um produto do neoliberalismo. O neoliberalismo produziu muita acumulação e concentração de riqueza. No mundo, 1% da população é dona da maioria das riquezas, e as corporações transnacionais têm mais poder, na prática, que os países.

O Estado, da forma como o conhecemos, tem sido desde o começo uma ferramenta para impulsionar o capitalismo racista e patriarcal. Desde sua formação, o capitalismo tem esses dois pilares, e, no caso dos Estados Unidos, isso é evidente, por ser um país cujas bases fundacionais foram erguidas com a escravidão, o genocídio de nações indígenas, políticas de guerra e de dominação.

Enfrentamos uma crise que possui múltiplas dimensões: econômica, ecológica, imperialista e democrática. Como parte dessa crise, vemos os Estados cada vez mais privatizados: os serviços, os processos da democracia e, inclusive, a segurança e a militarização. Steve Bannon, que tem se tornado um organizador global da extrema-direita, disse em 2017 que a tarefa do movimento conservador é a de dismantelar o Estado como o conhecemos.

Esse é o projeto. Criar mais responsabilização individual e tirar, do Estado e dos governos, as responsabilidades com a garantia das condições básicas da vida em sociedade. Esse é o paradigma dos governos de direita: o Estado não é responsabilizado pelos impactos da crise multidimensional na vida das pessoas. Governos e Estados

estão lavando as mãos e descumprindo seu papel essencial de apoiar a reprodução social. É o que, definitivamente, temos visto nos últimos 40 anos. Não é, portanto, o início de um projeto, mas um projeto enraizado na sociedade; e, por isso, é importante compreender que Trump é o resultado do neoliberalismo escancarado.

No entanto, estamos constatando um novo nível de autoritarismo. Um autoritarismo que sempre foi patriarcal, com a figura de um “homem forte” como líder, muito tirânico. Este é um elemento que está presente nos Estados Unidos, mas também em outros contextos em que a extrema-direita autoritária chegou ao poder, como Erdogan na Turquia ou Duterte nas Filipinas. Esses chefes do poder executivo não só representam o autoritarismo patriarcal, como abrem espaço e legitimam tais representações e práticas em diferentes arenas do poder político e judiciário.

O discurso de Trump cooptou demandas históricas que nós, povos e movimentos sociais, levantamos contra a globalização neoliberal. De muitas maneiras, ele dialoga com a alienação econômica e social que as pessoas estão sentindo. E ao mesmo tempo, de forma muito descarada, Trump leva adiante uma agenda corporativa de extrema privatização, desregulação e lucros. E faz isso usando o slogan de “mais empregos, menos crimes”. Esse setor mobiliza valores que são o mínimo denominador comum de sua base de apoio. Embora sejam os valores menos comuns, muitas vezes anti-humanos, anti-direitos da natureza, promovem um profundo individualismo que ecoa socialmente. Promovem um profundo medo dos outros – desde que os outros sejam afrodescendentes, migrantes, árabes. Existe um nível de confinamento que se concretiza na ideia de que devemos nos proteger, e que essa proteção só será possível com o porte de armas. Essa é a mesma lógica que discrimina de forma evidente quem e o que é descartável, quem tem menos valor na sociedade. As pessoas mais valorizadas são as brancas, mulheres brancas e homens brancos, e as pessoas que têm cidadania estadunidense. As pessoas

descartáveis são todas as outras. Não apenas somos vistos como “outros”, como também como ameaças.

Sem dúvidas, isso tem causas estruturais. Estamos vivendo um excesso de produtividade e acumulação, com base na exploração brutal das mulheres, das pessoas afrodescendentes, indígenas e pessoas não binárias. E vemos que a exploração e o domínio da natureza, das pessoas e das terras formam o modelo de acumulação capitalista racista e patriarcal.

Como movimentos sociais nos Estados Unidos, estamos fazendo um debate que é fundamental: este é um momento diferente do anterior? É preciso refletir que muitas comunidades vêm sofrendo há anos o impacto econômico, cultural e político do neoliberalismo mais forte e direto – como é o caso das comunidades de classe operária, afrodescendentes, imigrantes e indígenas. Mas, ao mesmo tempo, o fato de Trump ter sido eleito abriu os olhos de pessoas de classe média, branca, que agora estão sentindo o caos, os ajustes e as ameaças, e estão fazendo esse debate. Como podemos entender esse momento político? Trata-se de algo novo ou não?

Em nosso campo do movimento popular, avaliamos que este é um novo momento, porque estão se aprofundando os perigos trazidos pela ascensão da extrema-direita. Tudo pelo que lutamos desde os anos 1930 – obtendo direitos civis e vitórias dos sindicatos, das mulheres, das comunidades LGBTQs, das pessoas com deficiência e avanços na educação etc. – está sofrendo retrocessos estruturais, seja através da legislação, seja, especialmente, por ordens executivas. Além disso, o governo Trump está nomeando juizes, não apenas na Suprema Corte, mas também em nível estadual e federal. E muitos desses postos são permanentes. É o que se conhece como “trifecta”: quando o mesmo partido controla todas as arenas do poder (executivo, legislativo e judiciário). Isso significa um controle por parte da direita não só em nível federal, mas também em uma grande parte dos estados, que estão sob controle dos republicanos e

da extrema-direita. Se mais seis estados passarem a ser controlados pela extrema-direita, haverá quórum para mudar a Constituição dos Estados Unidos, algo que nunca foi conseguido antes. E esse é um dos objetivos das direitas hoje: mudar a Constituição, tirar direitos básicos, como o voto, os direitos das mulheres, ou seja, institucionalizar o paradigma da direita dentro da Constituição dos Estados Unidos.

Essa é uma das grandes ameaças. Mesmo que Trump perca as eleições em 2020, o controle da direita foi muito fortalecido nos níveis federal, estadual e local.

Isso faz parte de um plano deles que vem sendo organizado há 40 anos. É importante destacar que entre eles, dentro da direita, existem muitas diferenças. Existe a direita religiosa, a direita de *Wall Street*, os neoconservadores, os globalistas e os nacionalistas, ou seja, há diferentes tendências dentro da direita. Não devemos duvidar, no entanto, que formam uma frente unida, com interesses básicos comuns. Os ataques ao direito das mulheres ao aborto, sem dúvida, são uma das primeiras causas unificantes. A segunda é a agenda anti-imigrantes, na qual é questionada a ideia de que as políticas públicas sejam dirigidas a todos e todas. É aí que entra a questão de impostos e serviços, o que chamam de Estado mínimo. A terceira agenda comum é o direito às armas. As forças da direita lutam fortemente pelo direito de manter suas armas. E isso é extremamente perigoso como projeto de sociedade e como parte da disputa política, porque a direita nos Estados Unidos está muito armada. A direita não apenas detém o poder político, mas também o poder das armas e o poder militar.

A direita, embora tenha suas diferenças, possui um nível muito alto de unidade. Apesar de ser egomaniaco, autoritário e infantil, Trump conduz uma administração que está aprovando leis e políticas que outros representantes não conseguiram fazer em 20 anos. E isso faz com que a direita ganhe muito terreno. Eles estão dispostos

a proteger seu caos. Para eles, o mais importante é contar com juízes na Suprema Corte para derrubar a sentença no caso *Roe vs Wade*<sup>1</sup> (o que significaria a redução do acesso ao aborto legal e seguro e a recriminalização do aborto); para derrubar direitos LGBT; e para continuar a proteger e ampliar os direitos de ter armas.

A direita e essa administração querem destruir o Estado como o conhecemos, querem eliminar o que existe de direitos de seguridade social, que garante a atenção às necessidades básicas da maioria. Isso foi conquistado logo após a Segunda Guerra Mundial, quando havia movimentos fortes, particularmente comunistas e socialistas, disputando direitos em um processo de impulso de um novo modelo econômico que chamaram de *New Deal* (novo acordo). A partir daí, foram criados empregos, moradia, oportunidades de educação e muitos serviços. Isso só foi possível porque havia uma força social fazendo a disputa. Todas essas conquistas, embora não tenham se tornado realidade para toda a população, fazem parte do que está sendo destruído.

É importante mencionar mais dois elementos, pois fazem parte do avanço da direita autoritária. Um é a criminalização dos protestos e o fortalecimento de um Estado de vigilância, profundamente relacionado à política de supremacia branca. Isso amplia a perseguição e o encarceramento da população afrodescendente<sup>2</sup>, da mesma forma como impulsiona uma violenta política anti-imigrantes. Além disso, essa política incentiva a violência estatal que, sabemos, é racista. A polícia local, agora, recebe equipamentos militares que, para serem mantidos, devem ser utilizados. Ou seja, se aprofunda uma prática policial de uso das armas na maioria das situações em que isso não seria necessário.

---

<sup>1</sup> Em 1973, o julgamento *Roe vs. Wade*, na Suprema Corte dos EUA, decidiu que o direito à privacidade das gestantes lhes permite interromper a gestação sem interferência do Estado, resultando, portanto, na descriminalização do aborto.

<sup>2</sup> Nos Estados Unidos, a população afrodescendente presa é 5 vezes maior do que a população branca presa.

O outro elemento é a crise climática. O poder e a visibilidade dos negacionistas das mudanças climáticas fazem parte da política atual. Além de abandonar o Acordo de Paris, tem se avançado na promoção de falsas soluções e em projetos para construção de oleodutos que atingem diretamente comunidades e povos indígenas. Isso vem junto a ataques à organização coletiva.

### **Táticas e estratégias necessárias para o enfrentamento**

Se pensarmos que o momento político não mudou, vamos continuar utilizando as mesmas formas de resistir. A análise de que o momento que vivemos não é simplesmente mais do mesmo tem uma consequência central para a luta: a atualização e articulação de novas táticas e estratégias. Porém, grande parte do movimento continua utilizando as mesmas formas e concepções, sem levar em conta que vivemos sob novas condições.

No nosso campo do movimento, esse debate está aberto porque as pessoas estão mobilizadas. Vimos mobilizações históricas, como a Marcha das Mulheres, a maior já realizada nos Estados Unidos, com 4 milhões de mulheres nas ruas, não só em Washington, mas em todo o país, além de ações de solidariedade em todo o mundo. E vemos isso em relação a todas as questões: as crianças em jaulas, a militarização da fronteira e a resposta super hostil à caravana de imigrantes, os cortes no acesso à educação, à situação dos “dreamers”<sup>3</sup>, os cortes no direito à saúde e o rompimento de Trump do Acordo de Paris (ainda que saibamos que este não é um acordo suficiente para enfrentar as mudanças climáticas). Tudo isso tem produzido mobilizações massivas, com a presença de pessoas muito jovens. Em certos setores, foram realizadas mais greves de trabalhadoras e

---

<sup>3</sup> “Dreamers” significa, em português, “sonhadores”. A expressão é usada para se referir aos filhos e filhas de imigrantes, nascidos nos EUA, que agora possuem um terceiro status: não são nem residentes, nem cidadãos.

trabalhadores do que nos últimos 30 anos. São greves históricas, na General Motors, em fábricas de carros, na indústria manufatureira e greves de professores e professoras. Nos níveis locais, as comunidades em luta por justiça climática enfrentam, com ações diretas, as corporações e a construção de oleodutos. E há uma articulação desses movimentos com os movimentos pelos direitos dos imigrantes. Esse é um momento em que milhões estão mobilizados, fortalecendo uma consciência em geral e expressando uma grande diversidade em relação ao que deve ser feito para enfrentar esta conjuntura.

Existe uma visão comum sobre votar contra Trump nas eleições presidenciais em 2020. E, por isso, há muito foco no processo eleitoral, algo que antes não tinha tanta presença na esquerda nos Estados Unidos, pela limitação desse sistema de dois partidos, o Republicano e o Democrata. Os democratas também defendem uma política neoliberal “light” e, por isso, uma grande parte da esquerda considerava não haver espaço para participar do processo eleitoral.

Isso é uma mudança que, para nós da esquerda de base, da esquerda popular, é consequência da análise sobre o momento: é importante usar todas as ferramentas que temos para derrotar o “trumpismo”. Ou seja, não é só Trump, é a política de supremacia branca, patriarcal e xenofóbica. O sentido desse enfrentamento é derrotar também o neoliberalismo. Existe um núcleo de poder no Partido Democrata que são os chamados “democratas de *Wall Street*”. A disputa, portanto, é grande: para que as pessoas votem (e não votem em Trump), e para que haja candidatas e candidatos mais à esquerda, capazes de enfrentar o neoliberalismo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> No momento de redação deste texto, há uma disputa no Partido Democrata em torno a quem será a/o candidata/o a presidente pelo partido. Há representantes do neoliberalismo democrata, como Joe Biden, e expressões críticas ao “trumpismo” e ao neoliberalismo, como Bernie Sanders y Elizabeth Warren. Embora seja mencionado o termo socialismo nessa disputa, não se trata efetivamente de programas revolucionários, e sim social-democratas.

## O desafio de passar da mobilização para a organização

Existem três questões que os movimentos sociais, populares e de esquerda nos Estados Unidos precisam enfrentar neste momento.

O primeiro desafio é o de avançar, passando da mobilização para a organização. Conseguimos estar nas ruas e nos mobilizar de forma massiva, como nos exemplos mencionados anteriormente. Mas em geral, não se sabe como, exatamente, alcançar esta transição da mobilização para a organização permanente. Isso ocorreu após as massivas mobilizações das mulheres. Também aconteceu com o movimento *Vidas Negras Importam*<sup>5</sup>. É um desafio muito profundo o de que os diferentes setores consigam criar movimentos e organizações que não sejam apenas temporários, mas permanentes. Essa dificuldade de organização permanente com capacidade de mobilização massiva é uma característica desse momento. É o desafio de criar uma estratégia e estruturas para construir organização popular em toda a sua diversidade.

A segunda questão está relacionada à nossa história e cultura política. No começo do século XX, em torno dos anos 1930, tivemos, nos Estados Unidos, uma história de partidos de esquerda; o Partido Comunista era um deles, por exemplo. Mas, se olharmos para minha geração, que está em movimento durante os últimos 30 anos, não vemos exemplos de organizações partidárias massivas de esquerda, efetivamente alternativas, fora da dicotomia entre os partidos Democrata e Republicano. Existe o Partido Verde, o partido *Peace and Freedom* (Paz e Liberdade), mas são muito pequenos e não possuem vínculos profundos com os movimentos sociais e populares. Existe uma geração que não teve a experiência da

---

<sup>5</sup> O movimento “Vidas Negras Importam” (*Black Lives Matter*) teve início em 2013, como campanha em redes sociais, após o assassino do jovem negro Trayvon Martin ser absolvido pela Justiça. Em 2014, o movimento ganhou força nas ruas, a nível nacional, a partir de protestos na cidade de Ferguson em denúncia ao assassinato do jovem negro Michael Brown por um policial branco.

organização partidária, e isso está relacionado a um baixo nível de formação política dirigida à militância, aos processos organizativos e à compreensão das tarefas necessárias para uma organização que vise transformações sociais profundas.

Nos Estados Unidos, não temos a política de esquerda enraizada em nossa história e cultura, característica que vemos em outros lugares, como na América Latina.

O terceiro desafio é a necessidade de uma visão mais anticapitalista. Por exemplo: na minha organização, GGJ (Grassroots Global Justice Alliance), desde o começo, tivemos essa orientação anticapitalista, antipatriarcal e anti-imperialista. Éramos chamadas de “comunistas loucas” de diversas formas. Então, nos espaços que atuávamos, inclusive nos movimentos sociais, as pessoas não falavam explicitamente do capitalismo como problema. Foi com o movimento do *Occupy* que a crítica ao capitalismo ganhou terreno. O *Occupy* trouxe a questão para o centro. Recentemente a campanha de Bernie Sanders também aprofundou e criou mais espaço para a crítica anticapitalista. Essa tem sido uma dinâmica importante, embora ainda sejam poucos os movimentos que se definem como anticapitalistas. Há uma distância entre o desenvolvimento ideológico e a análise de como vemos o problema que enfrentamos. Como não temos grandes espaços alternativos, a formação ideológica e a crítica anticapitalista são tarefas que assumimos.

Isso nos coloca o desafio de como lidar com os momentos político-eleitorais gerando, junto a eles, movimento. Se olharmos para o exemplo de Obama, esse desafio fica evidente. Ele mobilizou muitas forças em seu apoio, especialmente por ser afrodescendente, mas os movimentos não construíram uma articulação de base, de esquerda, fora do Partido Democrata, para garantir que sua administração tivesse alguma responsabilidade com essa base de apoio eleitoral. E sua visão política sempre caminhou mais à direita. Existe uma diversidade política dentro do Partido Democrata, e é evidente que

o núcleo neoliberal desse partido faz o máximo possível para que as lideranças mais à esquerda não se tornem candidatos. Contudo, se olhamos para fora do partido, vemos que estas lideranças contam com o apoio da população, inclusive dos mais jovens. E aí está o que vemos como oportunidade. Porque essa disputa sobre quem vai enfrentar Trump no momento político-eleitoral tem relação com a disputa de valores, de sentimentos e da visão política do que pode ser uma alternativa a essa direita neoliberal e autoritária.

Embora nessa arena eleitoral não seja proposto o fim do capitalismo, e haja apenas críticas aos “excessos” do capitalismo, um espaço de crítica vem sendo criado. Nos movimentos, apostamos na ampliação e avanço nessa disputa de visão e valores sobre qual é a sociedade na qual queremos viver.

Se olharmos para esses desafios no contexto estadunidense, sem dúvidas há um grande risco para o futuro próximo: que, no lugar da extrema direita, seja reinstalado o projeto da diversidade neoliberal. Isso está vinculado com a falta de uma ideologia que mostre projetos alternativos de sociedade. O neoliberalismo como sistema é muito resistente e resiliente. E o poder corporativo neoliberal sabe que, para 2040, em termos demográficos, a maioria das pessoas que moram nos Estados Unidos serão não brancas. Os latinos serão maioria dos não brancos. Do mesmo modo, sabem que as mulheres estão muito mobilizadas. E também estão mobilizados os jovens contra as armas e nas greves sobre a crise climática. Existe um movimento contra Trump que propõe que o central é eleger mulheres, pessoas não brancas, LGBT, pessoas com deficiência, e isso, em parte, é correto. Temos bons exemplos, como Alexandria Ocasio-Cortez, Ilhan Omar, Rashida Tlaib, que são as melhores versões dessa perspectiva, pois têm uma postura de enfrentamento, mas não são todas assim, nem sequer a maioria das que foram eleitas em 2018. No entanto, o essencialismo de gênero e raça, para o qual colocar mulheres ou pessoas não brancas nessas posições de poder

é a solução (como se as mulheres não pudessem ser politicamente ruins), é uma armadilha e um risco para um projeto de mudança de grande alcance. É preciso que os movimentos sociais e a esquerda tenham uma visão que vá além disso.

O desafio que se coloca é o de ter uma estratégia sobre isso, em dois sentidos. Em termos de representação, é preciso avançar em estabelecer relações diretas entre as pessoas eleitas e os movimentos sociais organizados; e não apenas atuar com uma ideia genérica do que são as visões políticas dos movimentos. O complexo é quando a esquerda não se propõe a ter estratégias nesse sentido, pois a dinâmica da democracia representativa sob o neoliberalismo gera “celebridades” da política, que abrem caminhos, mas que se tornam lideranças individuais. É preciso criar vínculos efetivos com essa dinâmica para gerar compromissos e projetar estratégias de mudança para médio e longo prazo, enraizadas em processos de organização popular. Isso explicita que a meta não é só eleger mais mulheres e pessoas não brancas – como ocorre agora – mas construir força e sujeitos políticos para transformar.

O segundo sentido tem a ver com os processos de captura corporativa. É evidente que não somos somente nós da esquerda que estamos apostando em mudar as representações ampliando a voz de afrodescendentes, latinos, mulheres e LGBT. As corporações, forças da direita e governos estão entusiasmados em ter mulheres, gays e lésbicas, afrodescendentes, como figuras públicas de seus projetos ou propagandas. Há muita emoção em torno a isso. E aí está o risco da diversidade neoliberal, pois tem uma grande capacidade de cooptar e é muito sedutor. Vemos isso em espaços internacionais também. Nas Conferências do Clima, por exemplo, o que mais se vê é *greenwashing*, a versão verde do mesmo capitalismo destruidor da natureza e da vida. Isso fica explícito com o fato de existirem cada vez mais corporações na mesa de negociações, tentando vender suas falsas soluções climáticas, como no caso da Exxon ou BP. Essas

são as corporações responsáveis pelo modelo que gera as injustiças climáticas, e agora se apresentam nas mesas de negociação política com essa maquiagem verde. É uma nova forma de gerar lucro: o capitalismo se regenera, pintando-se de verde, de lilás, de rosa, pois, para eles, a melhor forma de incorporar as pessoas críticas é cooptando-as. Esse processo está relacionado com a crise na democracia e a mudança no Estado: dos níveis locais até os internacionais, as corporações – não as pessoas – são os principais influenciadores e elaboradores das políticas que governam e governarão nossas vidas.

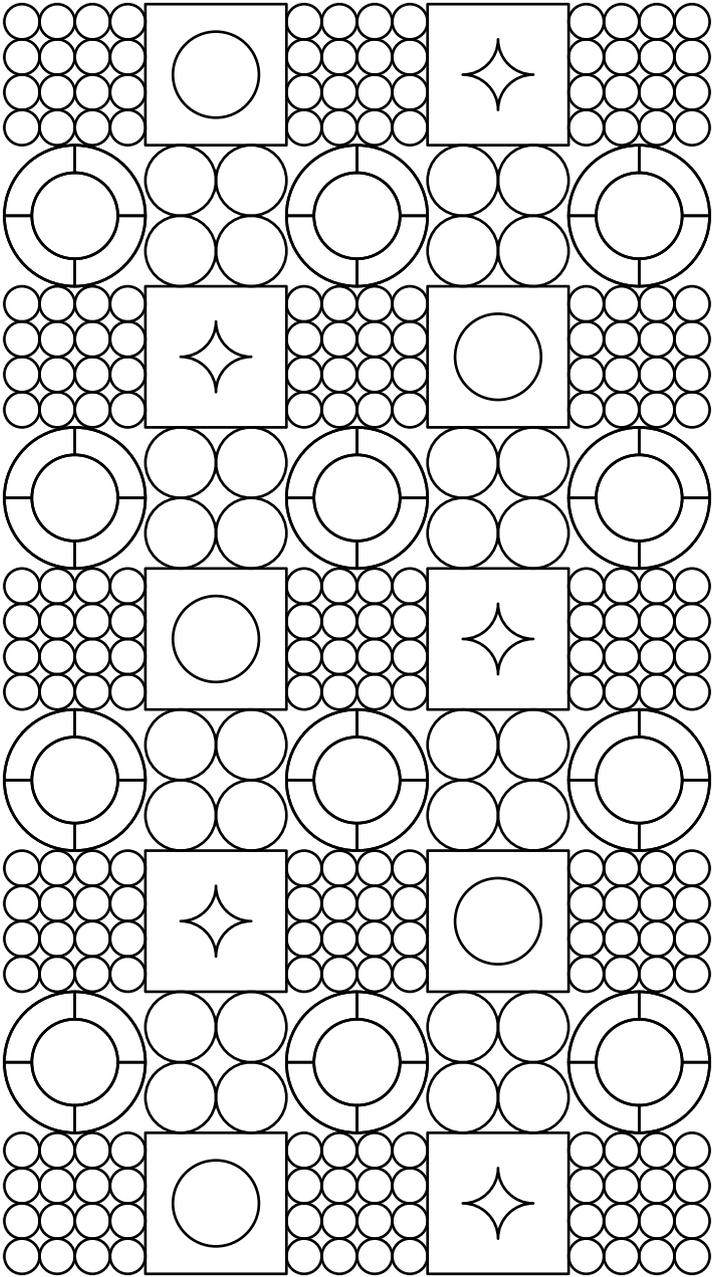
\*\*

Nas lutas sociais tenho aprendido que, mais do que nunca, este é o grande momento para as alternativas. Não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo, este é o momento para enfrentar radicalmente o capitalismo, construir rupturas e mudanças. O projeto da vida está em debate, não é só uma questão da direita ou da esquerda política. Esse é o momento para ter demandas, visões e articulações muito ambiciosas. Temos que apresentar nossos projetos emancipatórios para conquistar os corações e mentes das pessoas.

Com a crise climática, os impactos globais das migrações, toda a destruição que estamos vendo e vivendo, não há condições de que a vida humana continue sob o sistema capitalista, pois nosso planeta é finito. A vida assim não pode continuar. Temos que combater a política da desesperança, construindo as alternativas, apresentando e debatendo elas.

Como Marcha Mundial das Mulheres, e junto aos movimentos aliados, estamos nessa construção e debate de projetos emancipatórios. Devemos colocá-los em prática em uma escala mais ampla. A economia feminista, o bem viver, o decrescimento, esses são os paradigmas criados pelos povos que vão começar a mostrar os caminhos de saída e de superação desse sistema. Temos que pensar estratégias e maneiras, não somente teóricas, mas que se concretizem

na prática. Estou 100% convencida de que isso faz parte da nossa fortaleza. Já estamos impulsionando esses modelos localmente, agora é preciso levá-los a escalas maiores. Esse é um desafio para nós da esquerda, reproduzir o micro no nível macro. Temos que dizer: essas são as alternativas, pois as pessoas não se alimentam apenas de ideias. Isso faz parte das nossas fortalezas e oportunidades, mas também é um dos grandes desafios. Tenho muita confiança de que, nesses momentos de crise, iremos fortalecer essas experiências e esses exemplos. O futuro da humanidade e do planeta exige.



## PATRICIA ARCE

eu gostaria de ver o rosto de patricia arce  
sem tinta vermelha e suplício nos olhos  
trinta braços e seus mata-leões

eu gostaria de ver os pés de patricia arce  
nas ruas sim  
mas com sapatos

eu gostaria de ver o rosto de patricia arce  
o rosto como era antes do sequestro  
um rosto antes do golpe  
um rosto inteiro antes do dia  
(eles sequestram sob a luz do sol)

eu gostaria de ouvir a voz de patricia arce  
sem os urros  
sem tesouras

mas agora esta é patricia arce  
vermelha careca e descalça  
o mundo inteiro assiste  
e mesmo depois de muita  
água tempo solidão patricia arce  
nunca mais será a mesma

patricia arce no fundo  
todos os dias nos cortam  
os cabelos  
e ninguém vê

---

eu gostaria de ver o rosto de patricia arce  
na altura dos demais  
mas patricia arce está no chão

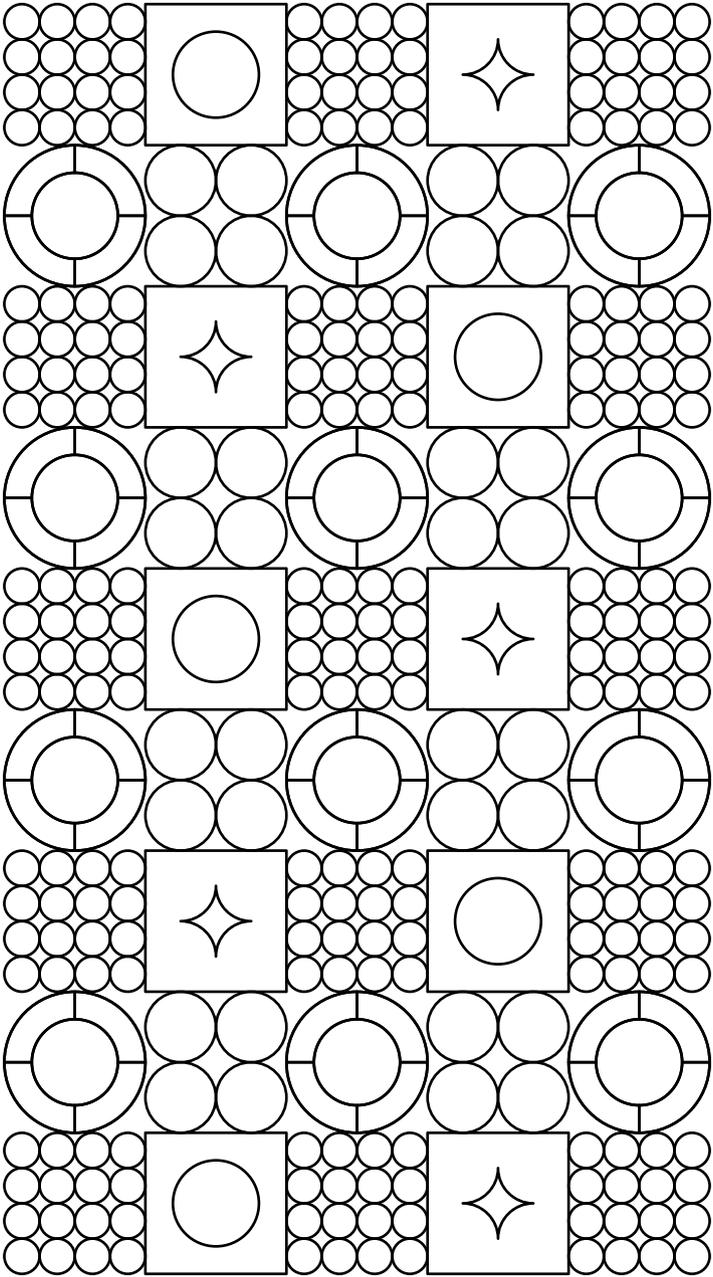
e do chão patricia arce ergue o dedo  
e diz *si quieren matarme*  
*que me maten*  
*por este proceso de cambio*  
*voy a dar mi vida*  
e patricia arce  
se levanta

## POLÍTICA DE ANIQUILAÇÃO

*contra as queimadas na Amazônia*

nada é cortina de fumaça  
tudo é parte de um projeto

nada é cortina de fumaça  
exceto a cortina de fumaça  
não metafórica  
rápida em extinguir  
o céu provar um  
ponto cortar os  
troncos os direitos  
as cabeças hortas  
lonas pretas passos  
da gente passos  
de pássaro janelas  
fechadas e não há  
máscaras não há  
fenda não há  
fuga



## SOBRE AS AUTORAS E ORGANIZADORAS

**Cindy Wiesner** é coordenadora nacional da Aliança por Justiça Global Grassroots. Foi cofundadora da Aliança por Justiça Climática e teve papel de liderança no Peoples Climate Movement, que organizou mobilizações massivas nos Estados Unidos. Sua militância passa pela construção de iniciativas como a Marcha Mundial das Mulheres, as Assembleias dos Movimentos Sociais, e It Takes Roots.

**Clarisse Goulart Paradis** é cientista política, professora do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/Bahia) e pesquisadora do FEMPOS/UNILAB (Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas). É militante feminista engajada na Marcha Mundial das Mulheres e colaboradora da SOF.

**Helena Zelic (Org.)** é graduada em Letras pela Universidade de São Paulo. Compõe a equipe da SOF desde 2015. Contribuiu para a publicação “Reflexões e práticas de transformação feminista” (2015) como coautora do artigo “A cultura das mulheres muda o mundo”. É comunicadora feminista e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

**Nalu Faria** é psicóloga, com especialização em Psicodrama Pedagógico (Getep) e em Psicologia Institucional (Sedes Sapientiae). Coordenadora geral da SOF, atua desde 1986 na organização, onde desenvolve atividades de assessoria, articulação e formação feminista. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim Mulher e Saúde (1993 a 2002), a Coleção Cadernos Sempreviva (16 livros desde 1997) e o boletim Folha Feminista (1999 a 2010). Integra a Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e a coordenação internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

**Renata Moreno (Org.)** é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Integra a equipe técnica da SOF desde 2005. Com Nalu Faria, organizou publicações da SOF como “Análises feministas: outros olhares sobre a economia e a ecologia” (2012) e “Reflexões e práticas de transformação feminista” (2015). Integra a Rede Economia e Feminismo (REF) e a coordenação nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

## A SOF

A SOF Sempreviva Organização Feminista é uma organização não governamental com sede em São Paulo que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional. A SOF contribui para consolidar um movimento feminista forjado nas lutas populares, que atua na conjuntura, gerando e alimentando alternativas à ordem neoliberal.

Além de publicações e demais materiais para formação, a SOF realiza atividades de construção do conhecimento e de fortalecimento de articulações, tendo a economia feminista, a agroecologia, a economia solidária e a construção de movimento como instrumentos e eixos norteadores para a prática. Apoia e assessora organizações de mulheres e movimentos sociais. Faz parte do movimento de mulheres, no Brasil, e da REMTE (Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia) e da Marcha Mundial das Mulheres, no âmbito internacional.

## Publicações

*Folha Feminista*. Boletim mensal, 66 números editados. O movimento feminista e a situação das mulheres no Brasil e no mundo.

*Gênero e Desigualdade* (1997, 52 p.). Primeiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 52 p., editado em 1997. Aborda a construção das relações sociais de gênero e sua dinâmica. (Esgotado)

*Gênero e Agricultura Familiar* (1998, 68 p.). Segundo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Analisa a dinâmica das relações de gênero na agricultura familiar e o tratamento dado ao tema pelos movimentos sociais. (Esgotado)

*Saúde das Trabalhadoras* (1998, 80 p.). Terceiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos. Enfoca a situação das trabalhadoras e a forma como se inserem no mercado de trabalho, considerando sobretudo a maternidade e as limitações impostas aos seus projetos profissionais.

*Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista* (1998, 60 p.). Quarto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. É composto de três textos que analisam a construção histórica da sexualidade, propondo uma visão crítica do modelo dominante e apontando elementos e condições que permitirão, a homens e mulheres, viver uma sexualidade mais livre e menos definida pelo gênero.

***Gênero e Educação*** (1999, 76 p.). Quinto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Seus textos tratam das políticas educacionais, indagam sobre o papel da escola na construção de identidades de gênero e discutem experiências na implantação de programas de consciência de gênero e educação sexual.

***O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias*** (1999, 120 p.). Sexto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. O trabalho das mulheres no contexto da hegemonia do neoliberalismo é o enfoque deste Caderno, mediante análises sobre a globalização, o trabalho doméstico e estudos de caso no universo urbano e rural.

***Mulheres, Corpo e Saúde*** (2000, 72 p.). Sétimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos. Debate as relações entre as atuais estratégias de controle do corpo das mulheres e a fragmentação da saúde.

***Gênero nas Políticas Públicas*** (2000, 104 p.). Oitavo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Focaliza essencialmente as relações entre o feminismo e o Estado, abordando o contexto sócio-político das políticas públicas de gênero.

***Economia Feminista*** (2002, 103 p.). Nono volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Apresenta os paradigmas da teoria econômica e introduz a experiências concretas das mulheres, mostrando como o modo de as pessoas operarem no mercado não é unicamente racional e autônomo, mas marcado por desigualdades, normas culturais preconceituosas e relações de opressão e exploração.

*A Produção do Viver* (2003, 104 p.). Décimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Este Caderno segue apresentando os pressupostos da teoria econômica feminista, tendo desta vez como centro a reprodução e a sustentabilidade da vida humana. Na reflexão sobre as práticas econômicas das mulheres, traz artigos sobre as políticas de alimentação e a economia solidária.

*Construir la igualdad* (2003, 74 p.). Debates feministas no Fórum Social Mundial. Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, este Caderno apresenta as intervenções de militantes da REMTE e da Marcha Mundial das Mulheres em painéis e conferências realizadas no Fórum Social Mundial de 2003, documento preparatório e uma síntese do seminário “Alternativas feministas para outra economia”.

*Feminismo e a luta das mulheres – análises e debates* (2005, 67 p.). Este livro reúne seis artigos elaborados por técnicas da SOF sobre temas de atuação da organização, como gênero nas políticas públicas, exclusão das mulheres na América Latina, direito ao corpo, o combate à violência sexista, as mulheres na agricultura familiar e na luta contra os transgênicos, e uma recuperação da história do 8 de março.

*Um futuro sem violência* (2005, 23 p.). Cartilha coeditada com a OMIR (Organização de Mulheres Indígenas de Roraima), apresenta a discussão realizada pelas mulheres dessa organização para compreender e traçar estratégias de enfrentamento à violência sexista nas comunidades indígenas e na relação com a sociedade nacional. (Esgotada)

***Mulheres em luta por uma vida sem violência*** (2005, 28 p.). Esta cartilha é um material de apoio para pessoas que querem debater e enfrentar a violência contra as mulheres. Uma importante referência são as ações realizadas pelas trabalhadoras rurais para compreender e superar este problema.

***Agricultura na sociedade de mercado: As mulheres dizem não à tirania do livre comércio*** (2006, 48 p.) Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, este caderno percorre os acúmulos das mulheres na luta contra o livre comércio e por soberania alimentar.

***Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas*** (2006, 44 p.). Este caderno resgata a experiência do trabalho de formação da SOF com organizações indígenas e quilombolas entre 2003 e 2006.

***Formação com mulheres rurais – Estratégia para efetivação de políticas públicas de gênero no campo*** (2006, 192 p.) Esta publicação apresenta os resultados do trabalho de formação com mulheres rurais desenvolvido no convênio da SOF com o PPIGRE do MDA entre dezembro de 2004 e dezembro de 2006.

***Desafios do livre mercado para o feminismo*** (2005, 72 p.). Décimo primeiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Traz artigos sobre as perspectivas do feminismo latino-americano e caribenho e a prostituição.

***Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe*** (2007, 36 p.) Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, apresenta o debate sobre integração regional, analisa criticamente a trajetória do movimento de mulheres na formulação de propostas de políticas e aponta os eixos que o feminismo coloca para que as alternativas de integração gerem igualdade.

***Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*** (2007, 96 p.) Décimo segundo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, primeiro da Série Economia e Feminismo. Traz artigos sobre a divisão sexual do trabalho e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

***Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*** (2008, 132 p.). Este livro é resultado das reflexões e debates coletivos que a SOF impulsiona, a partir da perspectiva teórica da economia feminista.

***As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*** (2010, 105 p.). Publicado pela SOF em conjunto com a editora Expressão Popular, o livro de Ana Isabel Álvarez González, traduzido do espanhol, apresenta as motivações e desvenda os mitos e os fatos que deram origem ao 8 de março. A publicação, em 2010, marca o centenário do dia internacional das mulheres.

***Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*** (2010, 80 p.). Décimo terceiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, segundo da Série Economia e Feminismo. Reúne 3 artigos que debatem a questão do trabalho doméstico e de cuidados, na perspectiva de contribuir para a reflexão e propostas de políticas públicas que incidam na construção da autonomia econômica das mulheres.

***Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*** (2012, 36 p.). Este caderno de textos, publicado pela SOF em colaboração com a Marcha Mundial das Mulheres e a Rede Economia e Feminismo, apresenta uma sistematização da perspectiva feminista sobre as lutas por transformação social, além de textos que contribuem para a reflexão e proposição de políticas públicas de igualdade e autonomia econômica. Traz, ainda, um conjunto de fotos que ilustram a atuação do feminismo construído pela Marcha Mundial das Mulheres.

***Estatística sob suspeita: Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*** (2012, 160 p.). Este livro contém a tradução de um estudo realizado por Cristina Carrasco para o Instituto Catalão das Mulheres, reproduzido integralmente, que apresenta uma proposta de construção de um sistema de indicadores não androcêntricos. Com base na economia feminista, esta proposta permite avançar na compreensão das desigualdades e, assim, avançar na construção de políticas de igualdade entre homens e mulheres.

***Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*** (2012, 103 p.). Décimo quarto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, terceiro da Série Economia e Feminismo. Reúne 3 artigos que apresentam análises e propostas feministas para a economia e a ecologia, na perspectiva de contribuir para a difusão destes debates entre os movimentos sociais no Brasil.

***Economia Feminista e Soberania Alimentar: avanços e desafios*** (2013, 63p.). O livro, produzido em parceria com a campanha Cresça, da OXFAM, apresenta textos sobre o papel da economia feminista na sustentabilidade da vida, e as alternativas e lutas contra a lógica do mercado, rumo à soberania alimentar. Disponível em português e espanhol.

***Prostituição: uma abordagem feminista*** (2013, 20p.). A cartilha contribui para a compreensão do papel estruturante da prostituição no patriarcado. Recuperando o debate feminista sobre a sexualidade, a publicação aborda a maneira como a prostituição se consolidou em nossa sociedade, o que ela representa e a quem serve.

***En busca de la igualdad: Textos para la acción feminista*** (2013, 80p.). Formado por três textos, “La formación como instrumento para la construcción de un abordaje antipatriarcal”, “Economía feminista: una visión anti-sistémica” e “La perspectiva feminista sobre la soberanía alimentaria”, este caderno situa-se no trabalho coletivo de construir uma abordagem de justiça de gênero, sustentabilidade ambiental e soberania energética.

***Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios*** (2014, 40p.). A partir da economia feminista e da crítica à mercantilização, reúne elementos sobre os processos de desenvolvimento; sobre o avanço do capital nos territórios, a partir da mineração e da construção de hidrelétricas; e atualiza o debate sobre mercantilização do corpo, com foco na prostituição.

***Feminismo, economia e política*** (2014). Os artigos deste livro foram escritos em lugares diversos e com diferentes perspectivas. Apresenta reflexões sobre agendas e desafios para o feminismo, com contribuições de sete autoras brasileiras, e também traduções de artigos de Danièle Kergoat, Silvia Federici e Sonia Alvarez.

***Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*** (2014, 32p.).

A cartilha tem o objetivo de socializar as reflexões da economia feminista, contribuindo para a ampliação da nossa luta por igualdade e autonomia das mulheres.

***Reflexões e práticas de transformação feminista*** (2015, 96p.). Este volume da Coleção Cadernos Sempre Viva faz parte da Série Economia e Feminismo, reunindo dois artigos sobre as experiências transformadoras das mulheres nos âmbitos da cidade e da cultura, e a tradução do artigo “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”, da socióloga afro-americana Patricia Hill Collins.

***Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*** (2015, 88p.). O feminismo é o movimento das mulheres organizadas em torno de reivindicações para mudar o mundo e suas vidas. A proposta desta publicação é apresentar as trajetórias, as propostas e as práticas feministas construídas pela Marcha Mundial das Mulheres.

***Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología: textos para la acción feminista*** (2015, 104p.). Esta publicação é mais um esforço para seguir iluminando as experiências e elaborações das mulheres em movimento, que impulsionam mudanças concretas em suas vidas e em suas comunidades, na economia, na política e nas relações sociais.

***Mulheres em luta por uma vida sem violência*** (2015, 48p.). Esta cartilha, reeditada, reúne e atualiza debates e conteúdos para uma compreensão geral sobre o que é a violência sexista e como enfrentá-la.

***Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania*** (2015, 40p.). Tendo como ponto de partida a atuação da SOF nos Territórios da Cidadania, compartilhamos as referências trazidas pela auto-organização das mulheres e pela economia feminista. Em seguida, estão os relatos de agricultoras, pescadoras e artesãs.

***Mulheres do campo construindo autonomia*** (2016, 36p.). Esta publicação é resultado de seminário sobre “Gênero e Mercados Inclusivos” promovido pela agência ecumênica de cooperação Christian Aid e seus parceiros SOF, Comissão Pró-Índio de São Paulo, MST e MAB. Expõe a contribuição econômica das mulheres no campo e experiências de auto-organização e comercialização.

***Violência e desigualdade no Brasil*** (2016, 86p.). O material observa as conexões entre violência e desigualdade no Brasil, a partir das dimensões de gênero, raça e sexualidade, no contexto brasileiro. Traz estudos de caso com os seguintes temas: violência contra mulheres jovens em espaços públicos; sexualidade, gênero e violência entre LGBTs; resistência quilombola à mineração. Publicação virtual.

***Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho***

(2016, 36p.). O caderno recupera debates sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, os processos sociais de construção da feminilidade e a mercantilização. Reúne reflexões feministas sobre a família e as políticas de ajuste, no marco da luta contra os retrocessos no Brasil.

***Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida***

(2017, 64p.). Em parceria com REDES - Amigos da Terra Uruguai, o livro traz textos sobre a resistência das mulheres à onda conservadora e à contraofensiva neoliberal; e sobre as dinâmicas atuais do neoliberalismo, propostas de acordos de comércio e investimentos. Disponível em português e espanhol.

***Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira***

(2018, 84p.). Neste caderno, compartilhamos nosso percurso formativo, que passa por uma introdução sobre o contexto da região, os princípios que nos guiam e as práticas metodológicas sobre as quais nos apoiamos na construção da autonomia das mulheres rurais e da agroecologia. Disponível em português, espanhol e inglês.

***Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência***

(2018, 40p.). Nesta publicação, detalhamos em profundidade como acontecem as relações patriarcais e racistas de poder e o controle sobre o corpo, trabalho e sexualidade das mulheres em reforço ao capitalismo. A partir daí, afirmamos o feminismo como caminho para a construção da autonomia das mulheres.

*Direito ao aborto, autonomia e igualdade* (2018, 60p.). A publicação parte da realidade do aborto no Brasil. Apresenta uma perspectiva sobre o capitalismo heteropatriarcal e racista e sua agenda conservadora, bem como um panorama histórico da luta pela legalização do aborto. Analisa as disputas, os processos de criminalização, a geopolítica do aborto e as dinâmicas da clandestinidade.

*Feminismo em movimento: caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres* (2019, 28p.). Este caderno apresenta um panorama da história da Marcha Mundial das Mulheres a partir dos processos que marcaram sua construção, especialmente no Brasil, em diálogo com o acúmulo de análises e ações das mulheres em movimento.

Esta publicação foi impressa em papel Pólen Bold  
na gráfica AR Fernandez para a SOF Sempreviva  
Organização Feminista em 2019.

